

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**A Aldeia Guarani do Rio Silveira, São Sebastião, SP: um estudo
geográfico sobre sua origem e crescimento.**



Ao fundo, a Serra do Mar e a Terra indígena do Rio Silveira banhadas pelo sol nascente. Em segundo plano, a praia da Boraceia. Foto de autoria própria registrada no dia 19 de fevereiro de 2021.

Aluno: Guilherme Esteves Carvalhaes

Orientadora: Prof.^ª Dr.^ª Marta Inez Medeiros Marques

São Paulo, SP

2021

Prefácio

Geografia, o que é?

Geografia é onde o rio está.

Onde o município está.

É para onde vem o sol.

É para onde vai o sol.

Este rio pra onde vai?

Geografai é a divisão das águas

É iguarapé, iguapó, lago, açude, mar.

É medição da terra, a demarcação.

É fotografia, desenho, cor, é um mapa.

Geografia é mata, floresta, cipó mariri.

É um estudo para descobrir o tempo:

Sol, quentura, verão, friagem, vento, inverno.

É chuva, nuvem, casa, gente, relâmpago, trovão.

É peixe, folha, lua, estrela, é a energia da floresta,

dos animais: da paca, tatu, macaco-preto, onça, veado,

jacaré, jaboti, capivara, capelão, tamanduá-bandeira

Geografia é o homem que transforma muitas coisas:

a mata numa cidade, a terra num roçado, a folha em remédio,

a madeira em barco, a macaxeira em farinha.

É o seringal, a colocação, a estrada de seringa.

É a economia da borracha, o dinheiro da floresta.

É o índio seringueiro, caçador, pescador e professor.

Geografia é o entendimento da aldeia e do mundo.

Do nosso mundo e do mundo do branco.

É a cidade, o Brasil e os outros países.

Geografia é a história do mundo.

O mundo é a terra, a terra é a aldeia, o rio,

o rio que cai num outro rio, que cai num outro rio, que cai no mar.

O mar que aguenta a terra, o homem e sua casa.

Geografia é aquilo que precisamos para viver:

Precisamos de terra para plantar nosso alimento,

Precisamos de rio para viajar de canoa, pescar, banhar.

Precisamos da mata, do sol, da lua e das estrelas,

Das nuvens, das chuvas e do ar para viver.

É estudando a geografia que podemos saber do tamanho
da nossa terra, nossa riqueza, nossa cultura,
do que ainda pertence ao nosso povo,
e que o branco, o nawá, não vai mais tomar.

O poema acima é uma produção coletiva, resultado de um curso de formação de professores indígenas do Acre, realizado em 1991 e 1992. Foi extraído do livro: *Espaço Geográfico Guarany Mbyá*, de Maria Inês Ladeira. Do mesmo livro foi extraído um trecho do depoimento de um indivíduo Guarani do Vale do Ribeira sobre o significado de Geografia:

[...] e os caminhos também. Só que antes, antigamente, hoje não, antigamente eles tinham uma trilha própria no meio das matas e às vezes levava muitos dias, às vezes dois ou três dias, e tinham de ficar nas matas para chegar na outra aldeia. Têm algumas aldeias que ficam mais perto, então leva somente um dia de caminhada. Então, isso também faz parte da Geografia: saber onde e quantas águas têm, quantos rios vai ter de passar, quanto tempo demora e onde fica o lugar. Porque tinha uma parada certa também, onde o índio guarani sempre ficava quando ele vai. E aí já tem um lugar certo onde eles dormiam. Aí todo mundo que vai aí, fica naquele lugar que o pessoal primeiro ficou. Aí eles vão lá, param e ficam no mesmo lugar que os outros ficaram. Então isso também faz parte da Geografia. Conhecer os caminhos, quantos rios têm [...] então, é assim. (LADEIRA, Maria Inês, 2008, P.37)

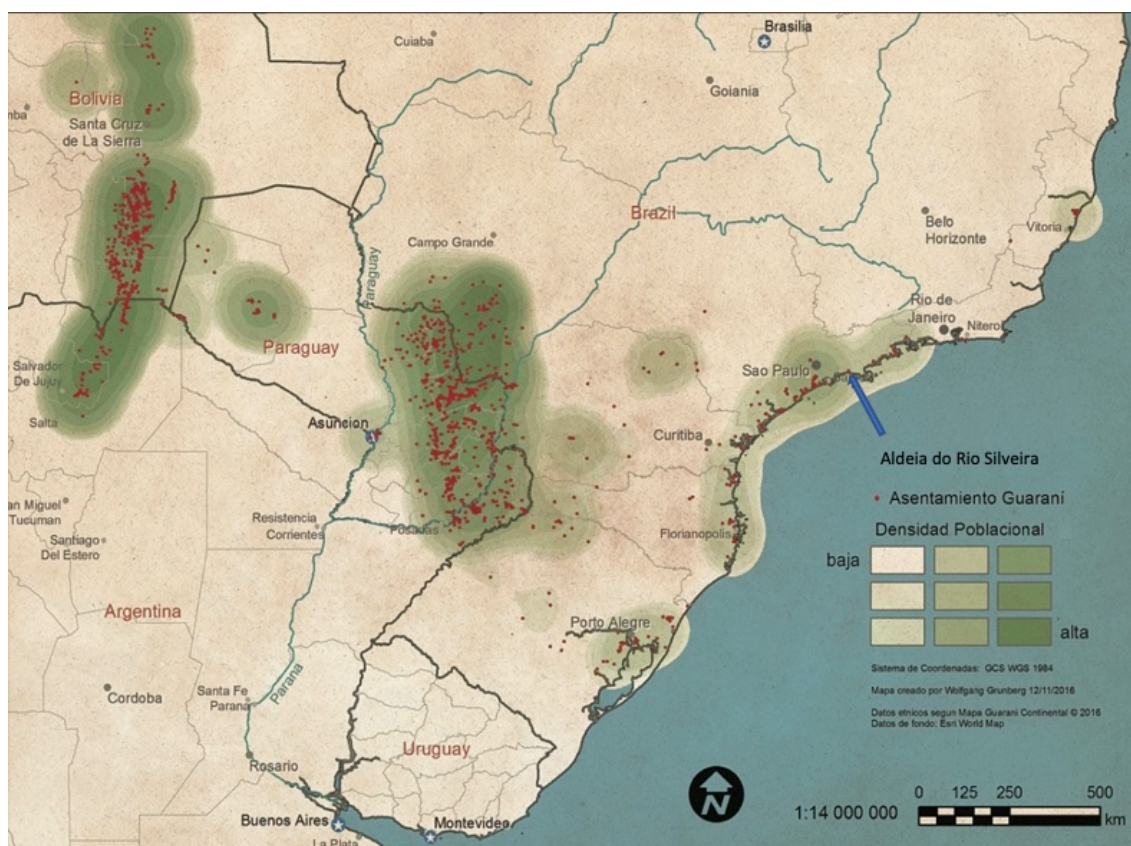
Índice

Prefácio.....	p. 2
Introdução.....	p. 5
Relatos de campo.....	p. 11
Método de Campo.....	p.24
Deslocamento, território e confinamento.....	p. 26
Migração?.....	P.26
Território	p.30
Confinamento, aspectos da constituição de 1988 e ameaças atuais.....	p. 36
Uma breve história da Aldeia do Rio Silveira.....	p. 39
Uma perspectiva aerofotográfica da paisagem do Rio Silveira ao longo de 24 anos.....	p. 43
Considerações finais.....	p. 47
Posfácio.....	p.49
Referências.....	p. 50

Introdução:

Os Guaranis, Segundo Ailton Krenak (2019), possuem consciência de si enquanto povo há pelo menos 4 mil anos. Há cinco séculos, ao chegar dos colonizadores, os povos Guaranis já ocupavam grande parte do continente. Na porção litorânea do Brasil, encontravam-se do Rio Grande do Sul até Cananéia (SP) e, para o interior, estendiam-se até a margem direita do rio Paraguai. A região da confluência entre o Rio Paraná e o Rio Paraguai, próximo ao que mais tarde virou a tríplice fronteira, abrigava um núcleo populacional deste povo. Mais ao Oeste, nas margens do Império Inca, famílias Guaranis também viviam na faixa florestada adjacente à cordilheira dos Andes, local que mais tarde virou parte do território boliviano. Hoje em dia, apesar da devastação de 93% do principal bioma no qual vivem os Guaranis no Brasil, a Mata Atlântica, em todas as localidades acima mencionadas ainda existem aldeias nas quais moram e resistem diversas famílias. São 280.000 pessoas unidas por uma língua e uma cultura em comum, distribuídas em 1.416 comunidades, aldeais, bairros urbanos ou núcleos familiares, desde o litoral Atlântico até o pé da cordilheira dos Andes.

Caminhando e visitando os parentes, as famílias guaranis expandiram-se pela América do Sul, formando uma rede de aldeias interligadas por trilhas que possibilitam as trocas no âmbito da cura, do cumprimento dos rituais, do trabalho e do plantio. Desde antes da invasão, essas redes foram importantes para consolidar a mobilidade espacial característica deste povo que, além de ser possível por conta das relações de parentesco, se reforça em decorrência dos deslocamentos religiosos em direção ao paraíso, a Terra sem mal ou, em Guaraní, *Yvy Mara Ey*, localizada ao Leste, do outro lado do Oceano. Contudo, depois da chegada dos colonizadores, a ininterrupta invasão e destruição das terras guaranis, a discriminação e a ameaça ao seu modo de vida levaram à expulsão de indivíduos e famílias de suas casas, configurando outra variável da mobilidade espacial já existente. Neste contexto, aldeias novas surgem, antigas são retomadas e outras deixam de existir, fazendo com que seja difícil atribuir uma data exata para a primeira vez que uma família guarani pisou em um lugar específico, já que há pelo menos 2 mil anos este povo circula pelo território que hoje ocupa.



Mapa Guarani Continental (2016), uma produção coletiva de indígenas e não indígenas do Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia. Fonte: <http://campanhaguarani.org/guaranicontinental> (Acesso em 13 abril de 2021).

Em um passado recente, os Guaranis Ñhandeva, segundo Maria Inês Ladeira (1988), começaram a se deslocar para o Leste no início do século XIX, saindo do seu habitat original no baixo rio Iguatemi, afluente da margem direita do Paraná, e se deslocando em direção ao litoral brasileiro. Em 1860, algumas famílias deste grupo fundam, no litoral Sul paulista, a aldeia do Bananal, nas cabeceiras do Rio Preto, no município de Peruíbe.

Para os Guarany Mbya, as terras Litorâneas ao Leste foram habitadas por seus antepassados, como demonstra o depoimento transcrito por Maria Inês Ladeira (1988, p.21) no estudo *Os índios da Serra do Mar*:

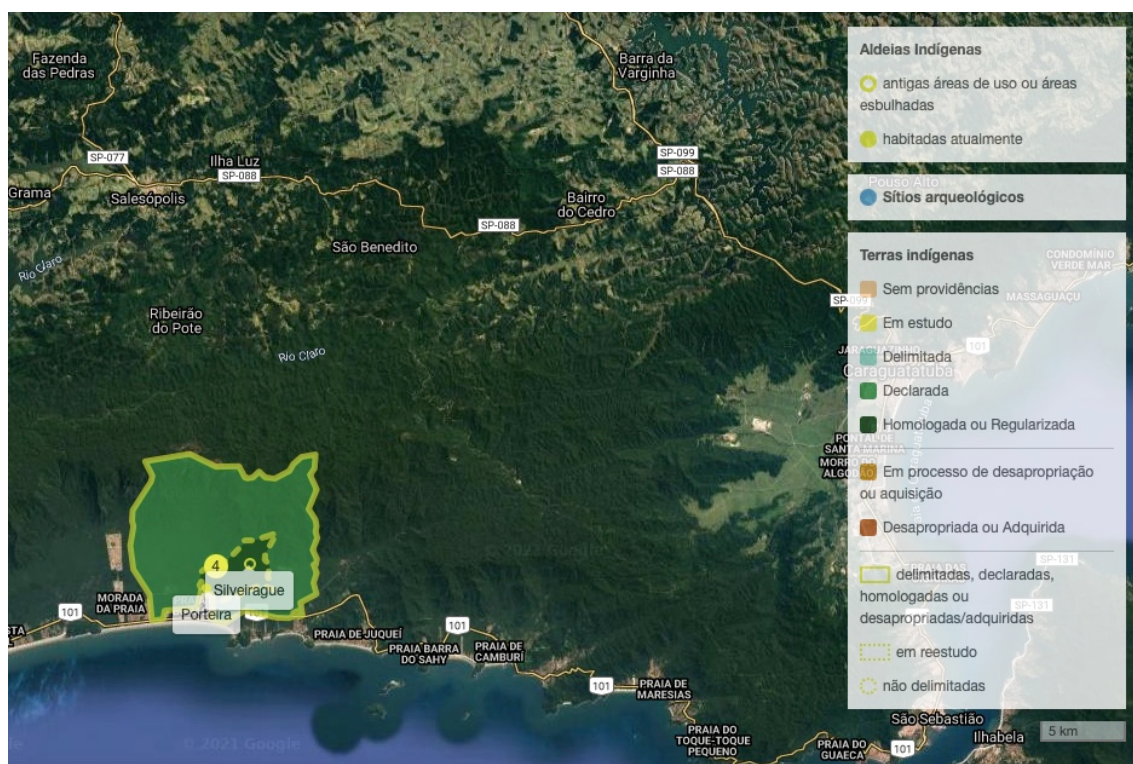
Nosso bisavô, *Ñaderu Miri*, já morava aqui. Porque deixou nomes aqui, deixou isso aqui com o nome de Picinguaba, Guaecá, Cambury, Boiçucanga... Então quer dizer que já esteve morando aqui. Então nós temos direito de morar em qualquer lugar.

O depoimento de um indivíduo Mbyá acima transcrito aponta para o fato de que este grupo guarani já havia habitado as terras litorâneas de São Paulo antes mesmo da década de 1950, como presente na bibliografia etnográfica, uma vez que os nomes citados correspondem a algumas praias do município de São Sebastião.

Conforme registros recentes, os Guaranis Ñhandeva, a partir das décadas de 1950 e 60, começaram a receber o reforço de famílias Mbyá, que passaram a constituir a maioria da população guarani no litoral. Saindo do seu habitat original entre os Rios Yguazu e Monday, na porção oriental do Paraguai, onde ainda permanece o grosso da sua população, os Guaranis Mbyá se deslocaram em direção ao Oceano Atlântico, penetrando o território argentino na província de Misiones e adentrando o território brasileiro pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Em solo brasileiro, segundo Maria Inês Ladeira (1988), os Mbyá utilizaram duas principais rotas: uma que da Argentina adentra o Rio Grande do Sul e, ao seguir para o Nordeste, chega aos aldeamentos de Rio Branco (SP), de Boa Vista, em Ubatuba (SP), e de Boa Esperança (ES); e outra que atinge o estado do Paraná pelo Paraguai, foi utilizada para a formação dos aldeamentos de Palmeirinha e Rio das Cobras no centro-oeste do estado (dentre outros) e foi o caminho traçado pela maioria da população Mbyá que se deslocou para os aldeamentos de São Paulo e Rio de Janeiro.

Neste contexto, algumas aldeias Guaranis acabam se tornando parte de rotas históricas através das quais famílias e indivíduos se deslocam para o litoral ou de volta para o interior. No caso de São Paulo, A Terra indígena Tenonde Porã, entre a represa Billings e a Serra do Mar, desempenha um papel importante, pois tornou-se um ponto de passagem para os Guaranis que partem do Paraná em direção ao litoral paulista e vice-versa. De lá sai um caminho indígena que chega à aldeia do Rio Branco nas proximidades de Itanhaém. Seguindo este caminho para Sul se encontram as aldeias do Bananal e de Itariri na região de Peruíbe. Da Tenonde Porã também sai o caminho que chega ao litoral Norte, passando por Santos e Bertioga e seguindo até as aldeias do Rio Silveira, em Boraceia, e de Boa Vista, em Ubatuba. Além disso, em decorrência da proximidade com a cidade de São Paulo, esta terra indígena passou a ser uma parada estratégica para aqueles que pretendem vender seu artesanato, hoje a principal fonte de renda dos Guaranis.

Por volta de 1940, a aldeia Guarani do Rio Silveira, localizada no bairro da Praia da Boraceia, em São Sebastião, no litoral Norte de São Paulo, passou a existir devido ao deslocamento de famílias indígenas que procuravam um lugar adequado para realizar seu modo de vida. Fundada pelo Guarani Mbyá Miguel e sua família, vindos do Rio Grande do Sul, a aldeia do Rio Silveira hoje abriga diversas famílias dos subgrupos Ñhandeva e Mbyá e é um importante ponto de encontro para os Guaranis do Litoral Paulista, que por sua vez é repleto de aldeias, desde a Ilha Comprida, ao Sul, até Itamambuca, ao Norte.



Esta imagem de satélite é um recorte do *Mapa Gurani Digital*. Fonte: <https://guarani.map.as> (Acesso em 28 de abril de 2021).

Os deslocamentos territoriais guaranis acontecem em decorrência de uma conjugação de fatores. Por um lado, estão aqueles que correspondem ao modo de vida milenar deste povo. Por outro, estão aqueles que surgiram a partir da colonização, já que ao longo do massacre cometido contra os povos originários do Brasil, por diversas vezes, os Guaranis foram expulsos de suas terras. Além disso, o aumento populacional em algumas aldeias também pode ocasionar o deslocamento, seja em tempos remotos ou hoje em dia, já que há pelo menos 20 anos a população Guarani do continente vem crescendo.

Ano	População na Terra Indígena	Fonte
1994	240	Funai
2003	300	Funasa/Papin
2007	350	Censo Indígena
2010	333	Funai/Litoral Sudeste
2013	392	Siasi/Sesai
2014	474	Siasi/Sesai

Dados populacionais da Terra Indígena do Rio Silveira. Fonte: www.terrasindigenas.org.br (Acesso em 11 de abril de 2021).

Nas décadas de 1970 e 80, contingentes populacionais de famílias Guaranis, tanto do subgrupo Ñadeva quanto do Mbyá, provenientes da região de Peruíbe e Itanhaém, no litoral Sul paulista, e da região de Itamambuca, no litoral Norte, chegaram à aldeia do Rio Silveira. Também na década de 1970 foi concluída a rodovia Rio-Santos, um trecho da BR - 101 que acentuou o processo de especulação imobiliária já em curso no litoral paulista, principalmente no litoral Sul. Sendo assim, a construção da rodovia atuou como um fator de expulsão desses grupos indígenas, uma vez que intensificou a disputa pela terra. Os espaços do litoral paulista passaram a ser mais cobiçados por setores do capital imobiliário que viam na área um grande potencial de valorização devido à nova facilidade de acesso para o turismo, cada vez mais intenso. Portanto, para aos Guaranis, restou a possibilidade de se deslocar para as áreas ainda cobertas de Mata Atlântica favoráveis à realização do seu modo de vida, sem que o contato com o homem branco impossibilitasse as suas práticas culturais e a sua existência. Por outro lado, o capital encontrou um novo ciclo de valorização, que se realiza na medida em que áreas antes florestadas e ocupadas por povos originários passam a ser urbanizadas e utilizadas para fins turísticos, expropriando os Guaranis para realizar o lucro.

Quadro sintético da Terra Indígena do Rio Silveira:

Subgrupos presentes	Guarani Mbyá, Guarani Ñhandeva
Aldeias nesta Terra Indígena	Morro do centro, Cachoeira, Porteira, Silveirague, Rio Pequeno, Rio Silveira
Situação fundiária	Declarada
Área	8.500 ha
Sobreposição com municípios	São Sebastião, Bertioga e Salesópolis
Sobreposição com Unidade de Conservação de proteção integral	Parque Estadual da restinga de Bertioga, Parque Estadual da Serra do Mar

Fonte: Mapa Guarani Digital: <https://guarani.map.as> (acesso 11 de abril de 2021)

O objetivo geral dessa pesquisa foi compreender como se deu a origem da Aldeia do Rio Silveira na década de 1940 e porque a Terra Indígena que a abrange continuou recebendo novos integrantes ao longo das décadas seguintes, principalmente em 1970 e 80.

Para realizá-lo, foi necessário atingir dois objetivos específicos. O primeiro, foi estudar a relação entre o modo de vida, a concepção de território e a mobilidade espacial guarani. Já o segundo, foi estudar a relação entre a especulação imobiliária, o agravamento de conflitos fundiários e o deslocamento de famílias guaranis para a Terra do Rio Silveira, com um olhar voltado para os efeitos da construção da rodovia Rio-Santos.

Os procedimentos realizados para desenvolver esta pesquisa foram: estudos de campo, análise de mapas digitais, leituras e análise de aerofotografias.

Este trabalho se encontra dividido nas seguintes partes: Introdução; Relatos de Campo; Deslocamento, território e confinamento; Uma breve história da Aldeia do Rio Silveira; Uma perspectiva aerofotográfica sobre a paisagem do Rio Silveira ao longo de 24 anos; Considerações finais. Na seção dos relatos de campo, estão descritos os desafios enfrentados para realizar uma pesquisa geográfica em plena pandemia.

Relatos de Campo:

No dia 17 de Janeiro de 2021 finalmente visitei a Terra Indígena do Rio Silveira. Desde antes do início dessa ideia de TGI, em 2019, eu não havia voltado lá. Ainda bem criança, eu via os índios Guarani de lá vendendo artesanato e palmito na beira da estrada, a Rio-Santos, um dos trechos da BR-101. Minha família sempre parou para comprar os dois. Durante a vida, visitei a aldeia da Porteira, a mais próxima da estrada, por motivos de curiosidade, umas 2 vezes. Sempre me perguntei sobre a trajetória desses indígenas, pois meus familiares mais velhos contavam uma história de aspecto duvidoso de que os Guaranis da terra do Rio Silveira não eram de lá, que haviam sido “despejados” no sertão da praia da Boraceia por um coronel “dono” de terras do litoral Sul de São Paulo. Meu pai e meu tio-avô contam que na década de 1970, quando começaram a frequentar essa região do litoral, percebiam que os Guaranis da Terra do Rio Silveira enfrentavam problemas com o alcoolismo e com a prostituição, que eram alvo de chacotas por parte da sociedade caçara, os homens eram intencionalmente embriagados e as mulheres sexualmente abusadas. Eles de fato passavam por uma situação difícil ao serem obrigados a conviver com os não indígenas, em uma sociedade caçara já constituída, ficando por vezes à margem da mesma. Dessa forma, a situação de marginalidade de alguns indivíduos guaranis perante a comunidade da Boraceia na década de 1970/1980 contribuiu para reforçar a falsa ideia de que os indígenas que víamos na beira da estrada não eram de lá. Aos poucos, percebi que poderia usar essa curiosidade pela história deles para formular um trabalho de conclusão de curso que desvendasse aspectos da história desse povo que eu e minha família desconhecíamos, a fim de colocar o “mito” que me foi contado à prova. Mas, daí a pergunta seria: como aplicar a ótica geográfica? Ao refletir sobre isso, surgiu a possibilidade de estudar sobre o aspecto das migrações, o que me levou diretamente à reflexão sobre o território, explorada mais adiante.

Então, nesse dia, um dia depois de testar negativo para o COVID, de máscara e bicicleta, adentrei a Terra Indígena do Ribeirão Silveira, no sertão da praia da Boraceia, no município de São Sebastião. O primeiro aldeamento da Terra fica logo na entrada da demarcação e há nele um aspecto mais convidativo para os que vêm de fora. Parei a bicicleta em um pátio central coberto de grama, no qual ao fundo podia ver um galpão

de artesanato. Na primeira observação não avistei nenhum adulto, apenas duas crianças brincando, Henik e Lionel, que logo vieram na minha direção curiosos. Rapidamente vi no olhar deles que procuravam diversão com o forasteiro e por isso não perdi tempo, disse “oi” e já logo plantei uma bananeira. Os dois ficaram fascinados, me imitaram e pediram pra eu fazer mais. Eu fiz mais e diferente e eles ficaram cada vez mais curiosos e animados. Logo um outro bebê veio correndo pelado e também tentava nos imitar. Uma outra menina se juntou à nossa brincadeira e quando vi já éramos cinco, todos de ponta-cabeça, brincando com o corpo. Depois de alguns minutos de descontração eu expliquei para eles porque estava ali, ao passo que a menina que brincava conosco já se ofereceu para chamar o Pajé, que mora logo ao lado do pátio no qual nós nos conhecíamos. Claramente, eu disse que sim, que adoraria. Naya então foi correndo em direção à casa do Pajé Liveis.

Liveis não demorou para aparecer e foi bastante simpático. Eu expliquei pra ele o que fazia ali, mostrei meu exame de COVID, falei que era estudante e qual era a minha pesquisa. Ao perguntar sobre sua história, o Pajé me revelou um pouco de sua trajetória. Com seus 43 anos, contou que não nasceu na Terra do Ribeirão Silveira, mas que na verdade veio com sete anos da aldeia do Bananal, localizada em Peruíbe, no Litoral Sul de São Paulo. Ele me explicou que, no seu caso, o deslocamento para o Litoral Norte ocorreu devido a um trágico acontecimento. Seu avô, o Pajé da aldeia do Bananal, foi assassinado em decorrência de uma disputa por terra durante o processo de demarcação legal da área. Ao menos a Terra Indígena de Peruíbe foi demarcada e homologada em 1994. Mas só depois que alguns pagaram com suas vidas para que uma parte do território guarani fosse respeitada e designada ao uso exclusivo dos indígenas. Mesmo assim, isso não significa que as ameaças à permanência na Terra não continuem. A resistência é uma constante. E, como forma de resistência, Liveis aos seus sete anos se deslocou da aldeia do Bananal para a terra do Ribeirão Silveira em busca de uma liderança religiosa, seu tio-avô, o Pajé Samuel, que já morava no sertão da praia da Boraceia desde os anos 1970.

Apesar de me contar esses fatos, Liveis se demonstrou desconfortável ao me relevar essas informações e na medida em que eu perguntava mais detalhes, menos ele se abria. Começou a dizer que, se eu quisesse saber mais sobre a história da Terra do Rio Silveira, eu deveria me dirigir ao Cacique, que ele poderia conversar comigo sobre a

minha pesquisa. Eu concordei e escutei atento às orientações do Pajé para chegar ao núcleo no qual o Cacique Adolfo mora. Agradei a atenção do Pajé Liveis, peguei minha bicicleta e continuei adentrando o sertão pela estradinha de terra por uns dois quilômetros até chegar ao fim da planície costeira, a poucos metros de um íngreme paredão de rocha da escarpa da Serra do Mar.

Ao chegar nesse núcleo mais distante, passei por dois adolescentes que chamaram o Cacique Adolfo para mim, ao que ele prontamente respondeu de longe em voz alta: “a cachoeira está fechada!”. Eu disse que queria apenas conversar e então ele me pediu para aguardar. Poucos minutos depois ele me convidou para entrar em uma pequena praça, então apoiei minha bicicleta em um barranco, subi alguns degraus de madeira e barro e fui orientado para sentar em um tronco de árvore deitado, de frente para o Cacique, que sentava do outro lado da praça. Eu me apresentei com o exame de COVID em mãos e expliquei brevemente sobre o que era a minha pesquisa. Já que estávamos longe, lhe perguntei se poderia tirar a máscara para que ele pudesse ver meu rosto, ele me autorizou e eu o fiz. Apesar de tentar demonstrar minha sinceridade através da expressão, Adolfo estava bastante desconfiado, disse que algumas pessoas vão lá, se dizem pesquisadores e depois usam as informações contra os Guaranis. Falou que eles foram massacrados e que os que ainda estão vivos para contar a história passaram por inúmeras guerras e estão constantemente resistindo contra a sociedade que os mata e oprime. Falou que eu não tenho a menor ideia do que é isso porque sou branco e não venho da mesma origem de luta e resistência da qual vêm os índios. Eu apenas concordei. Ele prosseguiu dizendo que, se eu quisesse saber mais sobre a história da Terra do Rio Silveira e sobre a sua trajetória de vida, eu deveria apresentar um documento oficial da faculdade que comprovasse que sou apenas um estudante da USP tentando realizar um estudo de campo. Novamente eu concordei, mas complementei que já havia conversado um pouco com o Pajé Liveis, que ele havia me indicado o caminho e me contado um pouco de sua história. Ao que ele respondeu: “tem muito índio que sai falando por aí o que não devia”. Fiquei em silêncio e Adolfo conduziu essa breve conversa para o fim, me passou seu e-mail e seu número de telefone e falou que quando eu lhe enviasse o documento solicitado nós poderíamos prosseguir conversando. Eu concordei, agradei e dei para ele uma cópia do meu projeto de

pesquisa intitulado *Migrações Guaraní: Um estudo de caso da Aldeia do Rio Silveira*. Desci a escada, peguei minha bicicleta e voltei para casa.

Depois dessa etapa, falei com a minha orientadora sobre o documento que eu precisava para continuar o estudo, ela prontamente me ajudou e no **dia 28 de janeiro** voltei à Terra Indígena do Rio Silveira. Com a mesma estratégia, de bicicleta e máscara, adentrei a reserva e em alguns segundos já avistei as mesmas crianças brincando no pátio central da Aldeia da Porteira. Dessa vez Henik e Lionel brincavam com uma bola de futebol e logo que me viram já me chamaram para participar. Fiquei um pouco com eles e depois expliquei que precisava ir porque tinha um horário marcado para conversar com o Cacique Adolfo. Peguei minha bicicleta e novamente fui até o fim da planície costeira. Chegando ao núcleo no qual Adolfo mora, fui convidado pelo mesmo para sentar na praça na qual já havíamos conversado antes. O Cacique então iniciou a conversa dizendo que antes de me revelar qualquer informação, ele gostaria de estabelecer um acordo. Disse que eu deveria contribuir de alguma forma com os Guaranis, já que eles estão me ajudando a desenvolver essa pesquisa. Prosseguiu e comentou que há na Aldeia do Rio Silveira uma agrofloresta e que ele gostaria que eu participasse de um mutirão. Eu concordei animado e disse que com certeza contribuiria dessa forma, que seria um prazer.

Feito o acordo, começamos a adentrar o tema da pesquisa e o Cacique Adolfo fez questão de enfatizar que, nas palavras dele, “essa ideia de migração não existe, ela surgiu com o homem branco, nós estávamos sempre aqui” e completou, “essa ideia de índio migrar não existe, o índio foi expulso”. Como no caso da Reserva Indígena do Bananal, ou em qualquer outro caso no qual correm risco de vida, quando sua cultura e seus hábitos se tornam inviáveis devido à convivência com o homem branco. Ele prosseguiu dizendo que, no caso da região de Peruíbe, a aldeia do “Bananal foi um confinamento”, a aldeia na qual o Pajé Liveis morava até seus sete anos, onde “quem não fosse para a igreja era forçado a trabalhar”. Neste momento ele também comentou sobre casos em aldeias do Mato Grosso da Sul nas quais Guaranis, ao sair da área legalmente a eles designada, correm risco de vida, podem ser assassinados, como já foram. Adolfo prosseguiu dizendo que, em Itanhaém, ao lado de Peruíbe, “tem aldeia antiga, de bem antes de 1940”, quando a primeira aldeia do sertão da Boraceia foi fundada. Contou também que, apesar de os Guaranis não ocuparem a região Norte

litorânea do estado de São Paulo no momento em que os colonizadores chegaram, outros grupos indígenas o faziam, como os Tamoio, Tubinambás e Tupiniquins. Adolfo então completou dizendo que o fato de eles não estarem no sertão de Boraceia há séculos não deve servir de argumento para deslegitimar o direito à Terra, pois o território para os Guaranis é algo muito mais abrangente do que uma simples reserva. Segundo o Cacique, “o território não chamava país nenhum, Brasil, Argentina ou Paraguai, era um só”. Para os Guaranis, toda a América do Sul é considerada seu território, as fronteiras internacionais ou estaduais não devem limitá-los, pois os deslocamentos e intercâmbios pelas aldeias do continente sempre ocorreram e continuam acontecendo. Para o Cacique, “o território pertence a todos e a terra serve para trabalhar e viver nela”. Ele complementou a explicação sobre o território citando uma tradicional rota utilizada pelos Guaranis, a rota do Paraná, que liga o litoral paulista à tríplice fronteira, à Foz do Iguaçu. Também disse que, antigamente, para se deslocar de Peruíbe até Boraceia era necessário andar pela mata durante uma semana.

Depois das considerações iniciais, perguntei ao Cacique Adolfo sobre a sua trajetória. Aos seus 55 anos, ele contou que nasceu em Santa Catarina e com dezesseis se deslocou para Itariri, na Serra do Itatins (SP), e depois para a aldeia do Rio Branco em Itanhaém (SP). Aos dezessete chegou à Terra do Ribeirão Silveira, onde mora até hoje. Ele falou que não costumava ficar muito parado em um lugar e que na Terra do Rio Silveira muitos Guaranis também chegam de outros estados, como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, para passar um tempo ou para se estabelecerem. Contou também que quando chegou em Boraceia, seu avô já estava na região desde 1940. Disse que o primeiro local ocupado pelos Guaranis em São Sebastião na verdade foi a região da praia da Barra do Una, devido à presença do Rio Una e do Ribeirão Bento. No entanto, a medida que o homem branco se aproximava, o seu avô e aqueles que o acompanhavam foram se deslocando em direção à Serra do Mar, deixando o Ribeirão Bento e se estabelecendo ao lado do Ribeirão Silveira, onde poderiam desenvolver seus hábitos e sua cultura com menos intervenções. Comentou, inclusive, que existe uma rota indígena por dentro da mata que liga o sertão de Boraceia à praia de Barra do Una.

Depois de acomodados no sertão e com o passar dos anos, os Guaranis inevitavelmente começaram a ter mais contato com a sociedade que os cercava,

porque, nesse contexto, não só a área urbana se expandia, como também mais famílias indígenas chegavam à Terra do Rio Silveira para morar. Sobre esse período, já em meados dos anos 1980, Adolfo conta que, quando era mais jovem, os Guaranis do Ribeirão Silveira eram “mal vistos pelos políticos e pela vizinhança”, que “não tinham direito a nada”, e que “eram tratados como bicho selvagem”. O cacique prosseguiu dizendo que hoje em dia a situação está muito melhor, pois são mais respeitados, principalmente depois da constituição de 1988, que, segundo ele, foi um “marco histórico”. No entanto, disse também que mesmo com a constituição de 1988 e com a demarcação legal da Terra Indígena do Rio Silveira em 1987, a pressão sobre a terra continua, principalmente por parte de, nas palavras de Adolfo, “empresas imobiliárias”.

O Cacique Adolfo não aprofundou nos motivos pelos quais pra ele a constituição é um marco histórico e começou a demonstrar vontade de encerrar o diálogo. Combinamos que nos manteríamos em contato para que eu pudesse contribuir com a agrofloresta e então dar sequência à pesquisa depois de sistematizar as informações que havia coletado. Nos despedimos e eu agradei. Já de longe abaixei a máscara para mostrar que estava sorrindo ao que ele respondeu com apenas um singelo gesto de cabeça. Desci a escada, peguei minha bicicleta e comecei o caminho de volta.

Na saída da Terra indígena, na aldeia da Porteira, as crianças continuavam brincando e, ao passar por elas, escutei: “ei amigão, você voltou!”. Parei para conversar um pouco com elas, Henik, Lionel e Naya. Plantamos algumas bananeiras e depois sentei um pouco para conversar com uma outra menina que nos observava, Lindalva. Ela disse que tinha 13 anos e nasceu na Terra no Ribeirão Silveira. Contou-me que seu pai veio do Espírito Santo e seu avô de Santa Catarina, o que reitera o fato de que os deslocamentos são parte do hábito dos Guaranis. Enquanto conversávamos, os meninos vieram me convidar para ir à piscina, ao passo que eu, curioso, disse que sim. Atravessamos a estrada de terra e entramos no terreno no qual fica uma casa de Liveis. A piscina era uma enorme caixa d’água aberta. As crianças já logo pularam e insistiram pra eu entrar, eu disse que não tinha roupa para isso e dei uma volta no terreno para ver se encontrava o Pajé Liveis, pois tinha mais algumas perguntas para ele. Não o encontrei e então perguntei para o Lionel se ele poderia chamá-lo, ao que ele saiu da piscina e entrou na casa do Pajé. Desta vez, o Pajé demorou um pouco mais e quando saiu da casa transparecia um olhar de preocupação. Sua postura estava defensiva e o seu rosto

pintado com listras pretas. Perguntei se ele lembrava de mim e ele disse que sim. Perguntei se nós poderíamos conversar e ele disse que não, que ele já havia me dito para conversar com o Adolfo. Eu falei que havia acabado de conversar com ele e que na verdade apenas gostaria de saber um pouco mais da história do Pajé. Ele disse que não ia falar mais nada sobre sua história. Eu não insisti, agradei e pedi desculpas. Liveis voltou para sua casa. Eu peguei minha bicicleta e fui embora.

Apesar da riqueza dos primeiros campos, eu pretendia voltar à Terra Indígena. Em São Paulo mandei mensagens escritas para o Cacique Adolfo falando que eu estava com algumas mudas e que eu gostaria de conhecer a agrofloresta da Reserva. Ele visualizou porém não respondeu. Mande então mensagem de áudio falando que gostaria de contribuir, de plantar; ele ouviu e não respondeu. Eu não tinha outra alternativa a não ser simplesmente tentar realizar o campo na oportunidade que tive.

No dia 21 de Fevereiro voltei à Terra do Ribeirão Silveira. Antes de adentrar a Reserva colhi o depoimento de uma moradora antiga do bairro da Praia da Boraceia que preferiu não se identificar. Ao explicar o tema do meu estudo me foi dito: “o povo daqui não vê esses índios como índio não, eles são tudo sem vergonha. Eles não têm a cultura deles que eles levam pra fora. Direto eles vinham pedir dinheiro e comida de casa em casa, agora eles pararam porque o povo denunciou e não pode, né?” Por fim, ao perguntar para essa moradora se ela já havia visitado a Terra Indígena, ela respondeu: “Eu não, eu tenho medo deles”. Agradei e segui meu caminho.

Dessa vez, utilizei uma estratégia semelhante, porém diferente. Fui de bicicleta, máscara, chapéu porque estava muito sol, celular para tirar fotos e, o mais importante, as mudas de abacaxi e de caju. Encaixei elas na cestinha da bicicleta, junto com outros pensamentos, e pedalei os 7km da praia do Engenho até a Terra Indígena na praia da Boracéia. Em frente à saída da estrada Rio-Santos para a Terra presenciei uma cena a qual já me referi neste trabalho, retratada na imagem abaixo.



Venda de artesanato Guarani na rodovia Rio-Santos. Atrás da mata está a praia da Boraceia. Foto de autoria própria registrada no dia 21 de fevereiro de 2021.



Mudas de abacaxi e de caju, a entrada da Terra Indígena do Rio Silveira e ao fundo a Serra do Mar. Foto de autoria própria registrada no dia 21 de fevereiro de 2021.

Segui em direção à serra até passar pela ponte que dá acesso à Reserva. No pátio gramado não vi nenhuma criança, apenas Marinalva, de 27 anos. Eu expliquei para ela o que fazia ali, que eu estava realizando um estudo, que já havia conversado com o Cacique Adolfo e que dessa vez eu havia voltado para conhecer a agrofloresta e, se possível, contribuir. Mostrei para ela as duas mudas de abacaxi e a muda de caju, comentei que o Cacique não havia me respondido e perguntei se ele estava na Terra. Ela falou que não, ele havia viajado. Eu então perguntei se as crianças estavam por perto, ao que ela falou que sim e que poderia chamá-las.

Naya, Lionel e Jasim, que eu não conhecia, vieram correndo na minha direção. Eu comentei com elas sobre as mudas e perguntei se poderíamos tirar umas fotos juntos, elas animadas disseram que sim. Eu disse que gostaria de conhecer a casa de artesanato e elas entusiasmadas me levaram para conhecer. Entrei e depois de observar uns instantes disse que pretendia comprar algo, ao que Naya falou que eu podia levar e me deu de presente um anel. Agradei sinceramente e coloquei ele no dedo mindinho, pois era o único que cabia. Saímos da casa e brincamos um pouco, eles empolgados perguntaram se eu não queria conhecer a casa de reza e eu disse que sim. Eles me convidaram para entrar, eu pedi licença e eu entrei cauteloso e respeitosamente. As crianças então me mostraram a foto do antigo Pajé Samuel entre duas estantes compridas com vários instrumentos. Ao sairmos da casa, continuamos andando pelo pátio e voltamos para perto de Marinalva.



Da esquerda para a direita, Jasmim, Naya, Lionel e Kevin. Ao fundo o pátio e a casa de artesanato. Foto de autoria própria registrada no dia 21 de fevereiro de 2021.



Crianças brincando de plantar bananeira. Ao fundo a casa de reza. Foto de autoria própria registrada no dia 21 de fevereiro de 2021.

Agora estávamos todos juntos, as crianças, eu e Marinalva. Eu perguntei a ela se ela poderia me dizer de onde vieram seus pais, pois essa informação era interessante para o meu estudo. Ela comentou que nasceu na Terra do Rio Silveira mas que seu pai veio de outra aldeia de São Paulo e sua mãe de outra aldeia de Santa Catarina. Eu agradeci e comentei decepcionado que havia vindo para conhecer a agrofloresta e se possível plantar as mudas, mas que, pelo jeito, não seria possível devido a ausência de Adolfo. Nesse momento Naya se ofereceu para me levar lá, eu disse animado que adoraria, as outras crianças também se entusiasmaram, nós todos pegamos nossas bicicletas e partimos em direção à serra, com exceção de Kevin, o bebê.

Pedalamos uns 2km até chegar a casa de Adolfo, que não estava. Deixamos as bicicletas com as mudas na boca de uma trilha e começamos a caminhar. A agrofloresta é muito maior do que a minha expectativa. A trilha passa entre a base da escarpa da Serra do Mar, de um lado, e, do outro, são trechos de agrofloresta misturados com mata fechada. A disponibilidade hídrica é impressionante, ultrapassamos pelo menos cinco córregos que descem as nuances da escarpa em direção ao Rio Silveira. No caminho, as crianças foram me mostrando algumas espécies alimentícias da plantação: variedades de banana, incluindo uma banana vermelha pequena com sementes que eu nunca tinha visto; centenas de palmitos Juçara estão espalhados pela área. O manejo indígena se confunde com a floresta e a floresta com o manejo indígena. A mata exuberante que

aparenta ter menos intervenções antrópicas também abriga plantas alimentícias, como o “moranguinho” nativo que as crianças me apresentaram.

Fomos subindo e descendo morrinhos, atravessando pequenos ribeirões e córregos, ultrapassando trechos de agrofloresta até chegar em uma clareira na margem do Rio Silveira, nosso destino final. Nesse momento começou a chover e Jasmim falou que a casa de seu pai era “logo ali” e disse para nós nos abrigarmos lá. Eu estava fascinado de ter chegado naquele lugar ao pé da Serra do Mar com uma agrofloresta à beira do rio que vinha descendo os entalhes da vertente ao nosso lado e fiz as crianças esperarem um pouco enquanto eu observava e registrava, ao mesmo tempo em que a chuva se intensificava.



As mudas, Jasmim, Naya e Lionel e a serra. Foto de autoria própria registrada no dia 21 de fevereiro de 2021.



Uma pequena clareira com bananeiras e palmitos juçara, ao fundo a mata atlântica exuberante. Foto de autoria própria registrada no dia 21 de fevereiro de 2021.



As crianças me guiando. Foto de autoria própria registrada no dia 21 de fevereiro de 2021.



Clareira ao lado do Rio Silveira. Ao fundo bananeiras, mandiocas, abacaxis, um limoeiro e uma goiabeira. Foto de autoria própria registrada no dia 21 de fevereiro de 2021.

Fomos nos aproximando da casa do pai de Yasmim quando ela disse que ele é o Pajé. Chegando lá, Liveis estava na porta nos esperando, ele me convidou para entrar e eu aceitei. Estávamos dentro de uma casa simples de madeira com apenas uma cama e uma fogueira apagada no chão. Lá fora chovia. Ele me convidou para sentar na cama e sentou em um banco, então começamos a conversar. Eu lhe perguntei se lembrava de mim e ele disse que sim. Contei como havia ido parar lá, comentei que havia trazido as mudas e que pretendia conversar com Adolfo, que sabia da sua ausência, mas que as crianças me trouxeram pra conhecer a agrofloresta. Ele compreendeu tranquilo e disse que Adolfo havia ido para um batizado na aldeia do Rio Branco em São Paulo. Eu anotei e comentei que estava fascinado de chegar lá porque, ao observar fotos aéreas antigas da reserva, havia percebido uma clareira já na década de 1960 no pé da serra. Ele então me contou que o lugar onde estávamos já era Aldeia desde 1940. Comentou que a agrofloresta é muito antiga, que existe desde o início da ocupação. Afirmou que no rio realizam a pesca e que as espécies presentes na plantação são várias: Juçara, limão, mexerica, goiaba, jaca, batata doce, mandioca, cana e vários tipos de bananas. O Pajé prosseguiu contando a história da Terra Indígena, falando que no início eram apenas 12 famílias até chegarem a 18 famílias, quando realizaram, nas palavras dele, “a retomada” de outras áreas, fundando outros pequenos núcleos na mesma reserva. Ao longo dos

anos foram chegando famílias de todos os lugares, como exemplo, o Pajé Liveis citou Paraty e Barra Grande no Rio de Janeiro, onde também existem Reservas Guaranis. Sendo assim, havendo uma grande população guarani com o hábito centenário de se deslocar pelo território, espalhada em aldeias nas áreas litorâneas florestadas do Sul e Sudeste do País, a Terra do Ribeirão Silveira foi acolhendo mais e mais indígenas ao ponto que hoje moram 120 famílias, contabilizando um total de mais ou menos 600 pessoas, segundo Liveis.

Nesse momento a chuva foi perdendo força e as meninas se sentiram mais interessadas pelo lado de fora, menos Lionel, que continuava sentado ao meu lado escutando o Pajé. Liveis complementou que hoje em dia vem índio de “todo canto” e que, apesar de a grande maioria ser Guarani, grupos de outras etnias também chegam à Terra do Ribeirão Silveira. Ele citou que vieram os Pataxós da Bahia e que também haviam dois índios do Acre lá.

Enquanto ele falava, eu escutava e observava interessado. Fazia também meus registros. Em um silêncio, comentei que eu estava com as mudas: uma muda de caju, já bem forte, germinada em São Paulo e cuja semente eu havia trazido de Regência, no litoral do Espírito Santo. Expliquei que essa muda estava na praia do Engenho há um ano e ela estava parecendo bem adaptada ao clima. Além disso havia as duas mudas de abacaxi, já bem enraizadas, que também estavam em casa há um tempo. Ele pareceu gostar da ideia e falou para que na volta eu colocasse as mudas na bicicleta dele que estava estacionada ao lado das nossas na entrada da trilha. Fiquei contente com esse acordo. Ele prosseguiu e contou que aquela clareira onde nós estávamos era uma Aldeia antiga que ele pretende retomar, por isso está trabalhando na área, construindo e plantando. Falou inclusive que está querendo construir uma casa de reza lá e que possivelmente abrirá uma oportunidade para não indígenas participarem da construção e do manejo da terra naquela área. Eu disse que adoraria participar dessa oportunidade pois tenho muito interesse em contribuir e aprender. O Pajé então me passou o seu contato e falou para que na volta, na Porteira, eu procurasse por Jucimara, sua filha, pois ela me avisaria sobre essa oportunidade.

A chuva perdeu ainda mais força e parou. As minhas palavras e perguntas, na hora, acabaram, hoje percebo que na verdade ainda tinha, e tenho, várias dúvidas.

Perguntei ao Pajé se poderíamos tirar uma foto, ele concordou e saímos da casa para que Naya fizesse o registro.



Pajé Liveis e sua casa. Foto registrada pela Naya no dia 21 de fevereiro de 2021.



Do primeiro ao último plano: uma goiabeira, bananeiras, abacaxis e mandiocas, a clareira, o vale do rio Silveira e ao fundo a Serra do Mar nublada. Foto de autoria própria registrada no dia 21 de fevereiro de 2021.

Eu agradei muito ao Liveis e à sua mulher Ivanilda, que também estava lá trabalhando, e falei que deixaria as mudas na bicicleta dele. Eles sorriram e acenaram. Eu e as crianças começamos o caminho e, no início da volta, paramos em uma goiabeira, as crianças me apontavam a fruta e eu peguei uma goiaba para cada um. Tomamos água no rio, tiramos mais algumas fotos e voltamos para a trilha. No caminho percebi que elas não me deixavam ficar na frente, então começamos a brincar e correr. Em um momento eu e Lionel estávamos na frente e nos escondemos atrás de algumas plantas para assustar Yasmim e Naya, elas passaram e nós gritamos, elas pularam e riram. No caminho Lionel pegou e comeu mais uma fruta diferente que estava no chão da trilha e quando vimos já estávamos de volta. Fui até minha bicicleta, peguei as três mudas, escrevi um bilhete e coloquei tudo na bicicleta do Liveis. Foi quando surgiu um barulho de motor e nesse momento chegou um carro cheio de jovens, era Adolfo voltando à sua casa, retornando do batizado. Nós observamos, subimos na bicicleta e voltamos pela estrada de terra. No caminho Naya quis experimentar a minha bicicleta e então nós trocamos.



Rio Silveira. Foto de autoria própria registrada no dia 21 de fevereiro de 2021.



Bicicleta do Pajé Liveis, as mudas de caju e abacaxi e o bilhete de minha autoria. Foto de autoria própria registrada no dia 21 de fevereiro de 2021.

Chegando na aldeia da Porteira, com a ajuda de Lionel, procurei por Jucimara, expliquei sobre a conversa com Liveis, anotei o seu celular e o seu Facebook. Comentei que gostaria de olhar o artesanato de novo, ela me levou até o galpão e eu comprei duas pulseiras. Depois disso fui até as crianças, agradei e me despedi. Naya mal olhou no meu rosto nessa hora, perguntei se ela não ia me dar tchau e ela não respondeu. Eu peguei minha bicicleta e pedalei até em casa.

Método de Campo:

Para começar essa seção a respeito das reflexões originadas a partir dos estudos de campo, gostaria de iniciar com a questão da estratégia, do método empregado. Qual foi o tipo de abordagem adotada que me possibilitou chegar aos lugares certos nos momentos adequados? Como descrito no início do primeiro relato, os primeiros moradores da Terra do Ribeirão Silveira com os quais tive contato após iniciar a pesquisa foram as crianças, Henik, Lionel e Naya. A minha primeira reação foi falar “oi” e já me expressar corporalmente, ficando de ponta cabeça e plantando bananeiras. Eu não

havia planejado isso, tão pouco pensado que usaria esse recurso para me aproximar das crianças e conseguir informações para o meu estudo. Apenas houve uma aproximação natural através da brincadeira. Foi uma linguagem que aprendi e aprendo com a capoeira e incorporei na minha expressão corporal cotidiana. As crianças, naturalmente se comunicam muito pelo corpo, seja como sinal de empolgação, seja pela criatividade das brincadeiras. Dessa forma, em menos de um minuto parecia que nós já éramos amigos e esse tipo de situação quebrou o gelo para a minha futura abordagem com os adultos, que já nos observavam. Além disso, foi Naya, de 8 anos, quem me colocou em contato com o Pajé e ele, por sua vez, me deu as instruções para chegar até o Cacique, ainda no primeiro trabalho de campo. Cheguei à aldeia sem saber com quem conseguiria conversar e no mesmo dia já estava falando com o Cacique.

No caso do terceiro campo, algo semelhante aconteceu, novamente as crianças, depois de brincarmos, me levaram aos lugares aos quais eu pretendia chegar: primeiro à agrofloresta e por fim à casa do Pajé Liveis na beira do Rio Silveira. Sendo assim, praticamente nenhuma das vivências experienciadas no campo teriam sido possíveis sem que houvesse uma amizade com as crianças indígenas, por isso gostaria de agradecer a todas elas, Henik, Lionel, Naya, Yasmim e o bebê Kevin. Dito isso, não poderia deixar de agradecer aos mestres e professores que me ensinaram um pouco de capoeira e me fizeram perceber que essa arte é uma forma de interpretar o mundo, pois apenas levei meu corpo com uma certa quantidade de saberes psíquicos e corporais e, ao me colocar na situação inicial com as crianças, institivamente, me comuniquei através do repertório que a capoeira me apresentou. Portanto, para concluir esta ideia, o método de pesquisa de campo empregado foi simplesmente levar para um lugar uma mente com dúvidas e se adaptar às situações usando os recursos disponíveis para conseguir conversar com as pessoas na hora certa. Uma vez lá, basta se interessar, prestar atenção e registrar o essencial.

Contudo, por mais que esta pesquisa tenha sido viabilizada pela amizade que criei com as crianças indígenas, outros desafios se impuseram a partir dos primeiros contatos com o Pajé e com o Cacique. Aparentemente, houve um desconforto por parte do Cacique Adolfo ao saber que eu já havia conversado com o Pajé Liveis sobre o seu deslocamento. Reconheço que a minha conduta demonstrou um desconhecimento dos códigos existentes por trás da cultura que eu estudava, acarretando numa maior

resistência por parte dos meus interlocutores para me revelar as informações que eu buscava. No entanto, conforme os estudos de campo foram acontecendo, pude entender melhor como se dão as relações dentro da Terra Indígena. O terceiro estudo de campo, o mais rico dentre eles, foi resultado das reflexões desenvolvidas a partir das conversas durante as duas primeiras visitas, sem as quais eu não teria levado as mudas de Abacaxi e de Caju, a porta de entrada para conhecer a agrofloresta e a casa do Pajé Liveis. Por fim, ficou evidente que para continuar investigando a história da Aldeia do Rio Silveira, é necessário estabelecer uma relação de colaboração para com os indígenas que lá vivem, pois para eles não há sentido em revelar aspectos do passado da aldeia sem que haja um retorno benéfico para os Guaranis.

Deslocamento, território e confinamento

Os deslocamentos e as expansões guaranis, ao longo dos séculos, consolidaram o uso de um vasto território, que extrapola as fronteiras dos Estados nacionais Sul-americanos. Contudo, desde o início da invasão, este território passou a ser cada vez menos contínuo, uma vez que a urbanização e a sucessão de diversos ciclos econômicos foram responsáveis por desmatar vastas áreas da floresta da qual os Guaranis retiravam os recursos necessários para viver. O desenvolvimento das atividades produtivas modernas baseado na expropriação indígena ocasionou a fragmentação do território guarani que, apesar de ainda muito vasto, se encontra suprimido pela propriedade privada, entremeado por cidades e monocultivos. A Mata Atlântica, que um dia foi suficiente para fornecer todo o alimento necessário à subsistência indígena, hoje está distribuída em pequenos pontos em meio às paisagens homogêneas criadas pelo agronegócio. Por sua vez, os Guaranis, fundamentais para a preservação da floresta que restou, foram relegados a áreas insuficientes para garantir a continuidade de todas as suas práticas culturais, configurando uma realidade de confinamento.

Migração?

Outra reflexão que surgiu a partir dos trabalhos de campo e que, na verdade, tornou-se um tema central desta pesquisa, é o significado de migração e de território para os Guaranis. Quanto à migração, conforme dito pelo Cacique Adolfo no segundo

campo, “essa história de índio migrar não existe”. Depois desta frase, houve uma reviravolta neste trabalho, pois no primeiro campo, quando me apresentei para o Cacique, conversamos sobre o tema da minha pesquisa e eu usei o termo migração diversas vezes e, em seguida, ainda lhe entreguei uma cópia do projeto, intitulado: *Migrações Guaranis: Um estudo de caso da Aldeia do Rio Silveira*. Depois, no próximo encontro, uma das primeiras frases ditas pelo Cacique me obrigou a repensar e escolher outras palavras para me referir ao que estava pensado como migração. Até agora, expansão e dispersão parecem atribuir um significado adequado aos intercâmbios e deslocamentos de pessoas pelo território, como acontece no caso dos povos guaranis.

Afim de contribuir com o debate sobre se o uso do conceito migração é ou não adequado para se referir aos deslocamentos territoriais dos Guaranis, vale recorrer ao livro *Espaço Geográfico Guarani-Mbya*, de Maria Inês Ladeira (2008). No início do capítulo quatro, a autora escreve:

Expansão, segundo Noelli (1996, p. 10-11), é o termo mais indicado para definir os deslocamentos Tupi, antes de 1500, porque “estudos arqueológicos verificaram que os Tupi mantinham a posse de seus domínios por longos períodos, expandindo-se para novos territórios sem abandonar os antigos”. Avaliando que os deslocamentos Tupi eram decorrentes de causas internas – crescimento demográfico, razões sociopolíticas, manejo agroflorestal –, o autor considera o termo migração, genericamente empregado, inadequado como referência a esses deslocamentos. Para ele, migrações seriam movimentos realizados após a conquista, em razão das pressões dela derivadas e que indicariam a saída de um lugar, o abandono da “região de origem”. (LADEIRA, 2008, p. 79-80)

Depois deste fragmento, na mesma página, Maria Inês traz uma contribuição de Viveiros de Castro refletindo sobre o uso do termo migração sob uma outra perspectiva.

(...) em um cenário de migração, poder-se-ia perfeitamente imaginar que os (proto) Tupinambá passaram pelo Paraguai e Sul do Brasil em direção ao litoral leste-nordeste, tendo sido sucedidos pelos guarani naquela primeira região. A anterioridade cronológica da língua tupinambá não permite

descartar a hipótese de que os falantes desta língua fossem uma primeira vaga migratória (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 58, *apud* LADEIRA, 2008, p. 80)

Os dois fragmentos transcritos contêm diversos elementos que dialogam com esta pesquisa. A respeito do segundo, antes de pensar sobre o uso ou não do termo em questão, é possível notar aspectos que contribuem para o debate a respeito da dispersão territorial dos povos guaranis e tupinambás. Este tema engloba o estudo de caso desta pesquisa e apareceu na conversa com o Cacique Adolfo, no segundo estudo de campo, no qual ele mencionou que os tupinambás eram um dos povos que já estavam no litoral de São Paulo no momento da chegada dos colonizadores.

Dito isso, agora é o momento de analisar o primeiro fragmento a fim de entender as relações entre ele e aspectos concretos da realidade observada em estudo de campo. Para começar, é importante contextualizar que os Tupi, aos quais se referiu Noelli, são diversos povos que compõem um enorme tronco linguístico, o tronco Tupi. Por sua vez, dentro dele existem ao menos 10 famílias linguísticas, das quais uma delas é o Tupi-Guarani, a maior do tronco. Por fim, a língua Guarani, que possui três dialetos (Kaiowá, Mbyá e Nhandeva), é uma das várias línguas pertencentes à família Tupi-Guarani. Essa pequena contextualização é importante, pois quando a autora qualifica o deslocamento territorial Tupi até 1500, ela está se referindo à uma enorme, talvez imensurável, quantidade de línguas e de pessoas, dentre as quais estão os povos guaranis. Contudo, essa abordagem para se referir ao deslocamento territorial de povos indígenas não só corresponde ao entendimento que o Cacique Adolfo apresentou do tema, como também traz aspectos que correspondem às outras situações observadas em campo, pois manejo agroflorestal, crescimento populacional e o não abandono da “região de origem” são características da Terra Indígena do Rio Silveira.

O crescimento populacional na Terra Indígena do Ribeirão Silveira foi relatado pelo Pajé Liveis no terceiro campo, de 12 famílias para cerca de 600 pessoas em 80 anos. E, neste caso, o crescimento populacional também foi um fator primordial para que os Guaranis estabelecessem novas aldeias, como descrito no episódio da retomada na Terra do Rio Silveira relatado pelo Pajé Liveis.

Sobre a ideia do não abandono da “região de origem”, no caso da aldeia do Rio Silveira, ela está evidenciada pelo manejo agroflorestal, pois um dos motivos que

impulsionaram Liveis a começar o trabalho de retomada do primeiro núcleo existente no sertão da Boraceia foi justamente a possibilidade de trabalhar e manejar a terra que já havia sido cuidada por seus ancestrais. Como informado por Liveis, a agrofloresta do Rio Silveira é antiga, existe desde o início do estabelecimento dos Guaranis em 1940.

Além disso, o não abandono da “região de origem” também está associado à uma esfera mais ampla de interpretação. Por exemplo, no caso do Cacique Adolfo, os deslocamentos territoriais feitos durante sua vinda não representaram um abandono das regiões por onde passou, muito pelo contrário, ele apenas estava visitando e conhecendo o território do seu povo, enquanto outras famílias guaranis continuavam desenvolvendo seus trabalhos em suas respectivas aldeias. Ou ainda, por uma outra perspectiva, Maria Inês Ladeira (2008) menciona que um dos motivos que influenciam o critério dos Guaranis para estabelecer uma aldeia em uma localidade específica é a existência de vestígios de seus antepassados, como a presença da Palmeira Jerivá ou das Tava, ruínas de casas de pedra. Ou seja, se existe uma “região de origem”, aparentemente os Guaranis, além de não a abandonarem, podem revisita-la e, inclusive, voltar a morar nela.

Sendo assim, depois de conversar com o Cacique Adolfo e de perceber as correspondências entre os argumentos da autora Noelli (1996, p. 10-11) e os registros dos estudos de campo, neste trabalho, outras formas para se referir ao deslocamento territorial dos Guaranis serão utilizadas. No caso de deslocamentos que ocorrem devido à expropriação — normalmente associada ao desmatamento — ou devido à violência explícita praticada pelos ditos proprietários de terras e pelo Estado contra os povos indígenas, o termo expulsão será priorizado.

Para continuar avançando no estudo sobre a origem da Aldeia do Rio Silveira e para entender mais profundamente os apontamentos do Cacique Adolfo, é necessário direcionar a atenção para o território guarani.

Território:

O território Tupi-Guarani foi descrito da seguinte forma por Hélène Clastres:

No século XVI, os tupis-guaranis distribuíam-se por uma área geográfica muito vasta, os tupis ocupavam a parte média e inferior da bacia do Amazonas e dos principais afluentes da margem direita. Dominavam uma grande extensão do litoral atlântico, da embocadura do Amazonas até Cananéia. Os Guarani ocupavam a porção do litoral compreendida entre Cananéia e o Rio Grande do Sul; a partir daí estendiam-se para o interior até os rios Paraná, Uruguai e Paraguai. Da confluência entre o Paraguai e o Paraná, as aldeias indígenas distribuíam-se ao longo de toda a margem oriental do Paraguai e pelas duas margens do Paraná. Seu território era limitado ao Norte pelo Rio Tietê e a Oeste pelo Rio Paraguai. Mais adiante, separado deste bloco pelo Chaco, vivia outro povo guarani, os chiriguano, junto às fronteiras do Império Inca (Clastres, H, 1978, p 8).

Ao observar o mapa digital do site guarani.map.as e o *Mapa Guaraní Continental*, é possível perceber que a descrição de Clastres contribui para o entendimento do tema em questão, pois a área com a maior quantidade de sítios arqueológicos e de aldeias Guaranis por quilometro quadrado é a região da confluência dos rios Paraná e Paraguai e a região de Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Além disso, também fica evidente que na última faixa florestada antes da Cordilheira dos Andes, no Norte da Argentina e no Sul da Bolívia, do outro lado do Chaco para quem sai do Brasil, também há uma concentração populacional guarani. Contudo, se as limitações do território guarani no século XVI apontadas pela autora de fato existiram, elas não se confirmam hoje, pois há aldeias dessa etnia espalhadas por todo o litoral paulista e também em alguns pontos do litoral do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Uma outra visão ainda mais ampla de território foi apresentada pelo Cacique Adolfo. No segundo campo, dia 28/02/21, ele afirmou que o território guarani é toda a América do Sul. A concepção de território apresentada pelo Cacique ajuda a entender porque ele desaprova o uso do termo migração para se referir aos deslocamentos feitos pelos Guaranis, pois, para ele, a ideia de migração não existe, surgiu com o homem branco, assim como a ideia de que o território de um povo indígena é igual à Reserva

legalmente a eles designada. Sendo assim, o fato de o cacique, por exemplo, ter se deslocado por aldeias Guaranis da região Sudeste do Brasil, na verdade, significa que ele visitou os parentes sem sequer sair do território do seu povo.

Dito isso, é perceptível que a concepção de território guarani do Cacique não corresponde à concepção que a sociedade nacional atribuiu ao mesmo, na verdade, o conceito de território não é próprio dos povos indígenas, mas sim uma categoria construída a partir da formação dos Estados nacionais. Sobre essa discussão, Maria Inês Ladeira (2008, p.84) escreve:

Considerando que o conceito de território não é próprio das sociedades indígenas, e que as delimitações territoriais são historicamente fixadas por meio de estratégias de poder e controle político do Estado, conclui-se que os territórios e as terras indígenas são espaços dominados que, inevitavelmente, forçam os índios a firmar um pacto eterno de dependência com o Estado.

Para ilustrar a “estratégia de poder” e o “pacto de dependência” mencionados, vale pensar sobre assassinato do avô do Pajé Liveis durante o processo de demarcação legal da Reserva que abrange a Aldeia do Bananal, Peruíbe. Este Guarani morreu lutando pelo reconhecimento legal da Terra do seu povo, ou seja, havia uma dependência do funcionamento das leis e das normas estatais para que seu povo efetivamente fosse respeitado e pudesse morar numa Reserva oficialmente homologada. Para compreender melhor essa situação é importante lembrar também do aspecto de confinamento que o Cacique Adolfo atribuiu ao caso da Aldeia do Bananal. A respeito desse episódio, Maria Inês Ladeira (2008, p.85) afirma que:

Ao longo da sua história, os Guarani vêm passando por incontáveis situações nas quais seus direitos não são considerados, sobretudo quando se encontram fora das pequenas áreas formalmente a eles delegadas. Praticamente até 1983, a orientação dos funcionários da Funai era a de que os índios que viviam em aldeias do litoral fora do Posto Indígena (PI) de Peruíbe (SP), que abrigava os Ñhandeva, deveriam nele se estabelecer ou, então, “retornar” ao PI Mangueirinha (PR), de onde, supostamente, teriam vindo todos os Mbyá. De tal

modo foi imposta a ideia de que a fixação na terra garante aos índios legitimidade étnica que, até os dias de hoje, muitos grupos familiares Guaraní são chamados de “nômades, estrangeiros e aculturados”. Assim não sendo reconhecida a identidade indígena, também não seria preciso reconhecer seus direitos, nem propiciar o amparo legal devido.

Este trecho transcrito contém elementos que revelam a concepção de território guarani por parte do Estado. No caso, ele se limitaria à Terra Indígena demarcada em Peruíbe. Além disso, fica evidente que a identidade de um povo indígena está atribuída à existência de uma área específica do território nacional na qual eles devem se fixar, o que deslegitima os deslocamentos e expansões feitas pelos Guaranis há séculos e dificulta o processo de demarcação legal de reservas indígenas. Isso explica porque o Cacique Adolfo tratou a mim e a esta pesquisa com desconfiança — e eu entendo e respeito —, pois o assunto da formação de aldeias a partir dos deslocamentos territoriais guaranis, se estudado para resolver conflitos fundiários de forma desfavorável aos indígenas, como aconteceu amplamente em processos judiciais demarcatórios nas décadas de 1970 e 80, coloca em risco a permanência desses povos, uma vez que oferece argumentos para o discurso oficial e para a comunidade local negarem o direito guarani à Terra. Por isso é importante combater a ideia de que a identidade guarani está associada à permanência em um lugar fixo, pois se deslocar é uma característica histórica deste povo que precede a chegada dos colonizadores e continua até hoje. Pelo mesmo motivo, é importante refletir sobre a concepção de território do Cacique Adolfo em contraposição à concepção estatal de território indígena, porque através dela os deslocamentos guaranis não podem ser vistos como um fator que leva à aculturação, mas sim como parte da cultura e da tradição de um povo. Contudo, em decorrência da colonização, do assassinato de milhares de povos e línguas e, por fim, da continuidade da expropriação de terras indígenas como estratégia para a realização do capital, é evidente que por inúmeras vezes os Guaranis foram, e continuam sendo, expulsos de suas casas.

Para ilustrar a relação dos Guaranis com o seu território é interessante recorrer a relatos transcritos por Maria Inês Ladeira (2008, p.100). Segundo um chefe de família que viveu em várias regiões:

(...) sempre, sempre foi assim: caminhando e encontrando as aldeias e os parentes, e parando, e trabalhando, e formando outra aldeia. E antigamente, é como hoje, existiam muitas aldeias, até muito mais, que a gente ia andando e encontrando. E tem aldeia que não existe mais, e agora tem outras. Mas, antes, tinha mais gente, mais aldeias e parentes nos caminhos.

Na mesma página a autora traz o depoimento de um jovem guarani em viagem a Misiones na Argentina:

Foi Deus que iluminou essa viagem. Não pensei um dia estar presente nesses países. Antigamente, nossos avós falavam sobre a terra onde passaram. E eles diziam que havia muitas aldeias espalhadas no Paraguai, na Argentina. Não tinha estradas, só picadas que os índios abriam. Não havia tantas dificuldades porque não tinha branco, nem colônias, só os índios, e eles sabiam para onde ir. Estou muito alegre, e todos os que estão comigo também, por poder ver onde pisaram nossos avós. Nossos avós antigos sempre diziam que no mundo inteiro haveria uma aldeia Mbyá. E o que eles falaram é verdade (Jovem líder espiritual de aldeia do litoral do Brasil em viagem a Misiones, Argentina, 1997).

Para demonstrar o caráter religioso dos deslocamentos territoriais, Maria Inês Ladeira (2008, p.148) transcreve o seguinte trecho da fala de um indivíduo guarani não identificado:

Na nossa tradição, para qualquer família sair, para visitar ou viver em outros lugares, tem que rezar, levar o pensamento para *Nhanderu*, para que ele mostre o lugar, para eles poderem estar saindo. Se *Nhanderu* não permitir, então, não saem só por vontade deles.

Segundo a autora, os Mbyá mencionam que os caminhos que eles realizam no território são reproduções dos caminhos que percorrem seus deuses, os *Nhanderu Ete*. Além disso, todos os deslocamentos devem ser guiados por *Nhanderu*, o que garante a certeza de não se perder. Segundo um indivíduo guarani:

Nós temos obrigação de visitar os parentes, porque os *Nhanderu*, entre eles, também se visitam. Tupã é casado com a

filha de Karai. Quando passa a chuva com relâmpagos e trovões é sinal de que Tupã está indo visitar o sogro Karai. (LADEIRA, 2008, p. 149)

Sendo assim, os Guaranis se deslocam usando como referência os caminhos feitos por seus deuses, principalmente o caminho percorrido por Nhamandu (o primeiro criador), descrito no mito de origem de Kuaray e Jaxy, o Sol e a Lua, respectivamente. Neste mito, Nhamandu, após criar a terra, abre um caminho na mata e parte em direção ao poente. Mais tarde, ele volta, pois afirma não ter completado o mundo e é seu filho, Kuaray, quem lhe ajuda a encontrar o caminho, mostrando a direção do Sol nascente. Nhamandu então retorna ao plano celeste, para *Yvy marãey*, a terra da eternidade, que fica ao Leste, depois do oceano. Dessa forma, o caminho percorrido por Nhamandu neste mito guarani, orienta o deslocamento territorial desse povo que, numa escala continental, ao longo dos últimos séculos, aconteceu do Oeste para o Leste, da região da tríplice fronteira até o litoral de São Paulo.

A mobilidade espacial dos Guaranis, além de proporcionar o encontro de parentes e de assumir uma característica religiosa, também é fundamental para o intercâmbio de mudas e sementes entre aldeias, uma prática importante para manutenção dos gêneros alimentícios que compõem a culinária tradicional dessa etnia. Sobre este aspecto, Maria Inês Ladeira (2008, p.183) recolheu o seguinte depoimento:

Kunhã Karai, um dia, se levantou e disse assim: “hoje eu vou caminhar um pouco. Hoje eu sonhei que Nhanderu veio e falou para que era preciso deixar as sementes de cada planta, em cada lugar”. Então ela começou a vir pra cá, a pé. Ela veio em Parati, Araponga, Ubatuba, Jukery, Silveira, até chegar de novo no Espírito Santo. E lá ela morreu. As pessoas que acompanhavam ela vinham contando das aldeias (contam que ela veio fundar as aldeias para seu povo que estava sendo exterminado pelos brancos) (Aldeia do Rio Silveira, São Paulo, 2000).

Depois de transcritos os relatos de alguns indivíduos, percebe-se que os deslocamentos e a mobilidade espacial fazem parte do modo de vida guarani e se devem a uma combinação de fatores. Primeiramente, os laços de parentesco garantem a receptividade para com os viajantes que chegam à uma nova Terra. Inclusive, os

casamentos entre jovens de diferentes aldeias visam a consolidação de alianças dentro de uma mesma região ou até mesmo a aproximação de aldeias geograficamente distantes. Outro aspecto importante é o apoio mútuo, que pode ocorrer em forma de troca de sementes e mudas ou em forma de mutirão para trabalhar a terra e construir casas. O cumprimento dos rituais é mais um fator que leva ao deslocamento, aspecto evidenciado pelo episódio descrito no relato de campo do dia 22 de fevereiro, no qual o Cacique Adolfo havia saído do Rio Silveira com alguns jovens para a realização de um batizado na aldeia do Rio Branco, Itanhaém. Além disso, a própria aldeia do Rio Silveira é palco de confraternizações típicas da cultura guarani que contam com a presença de indígenas de outras aldeias e regiões.

Sendo assim, é possível dizer que a mobilidade espacial dos Guaranis é uma consequência da relação que este povo estabelece com o seu território. Por isso, a perspectiva apresentada pelo Cacique Adolfo na conversa do segundo estudo de campo é muito relevante, pois, por trás do fato de que os Guaranis se deslocam por aldeias de diferentes regiões, estados e países, está a concepção de que toda a área fragmentada pelas sociedades nacionais sul-americanas, na verdade, compõe um só território, que, para eles, é toda a América do Sul. Por último, porém não menos importante, é necessário dizer que os deslocamentos de famílias e indivíduos guaranis assumem também um papel de resistência e permanência, pois através dos encontros de moradores de diferentes aldeias é que este povo pode compartilhar experiências particulares no que diz respeito aos conflitos fundiários, a fim de melhor elaborarem reações conjuntas à constante ameaça à permanência na Terra que a sociedade capitalista representa. Contudo, dada a realidade da violência acometida contra os Guaranis no Brasil e considerando que o principal bioma no qual estão a maioria das famílias deste povo, a Mata Atlântica, foi amplamente destruído, percebe-se que a procura de outra aldeia para viver, em muitos casos, decorre de uma expropriação, de uma expulsão.

Confinamento, aspectos da constituição de 1988 e ameaças atuais

No Brasil, de acordo com o caderno do *Mapa Guaraní Continental* (2016), os Guaranis são mais de 85.000 pessoas, distribuídas principalmente pela região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, mas também presentes nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Hoje, cerca de 64.500 indivíduos estão no Mato Grosso do Sul e cerca de 20.500 no Sul e Sudeste do país. Contudo, a distribuição e a organização espacial dos guaranis há 500 anos sofrem as consequências da interação com a sociedade envolvente.

Conforme as frentes econômicas de desenvolvimento avançaram sobre o território dos Guaranis, estes foram expulsos de suas comunidades e acabaram se deslocando para Reservas legais, nas quais a presença da Mata Atlântica lhes fornece proteção e possibilita a realização do seu modo de vida conforme a cultura tradicional. No entanto, nem todos tiveram a oportunidade de se estabelecer em uma Terra com vastas áreas florestadas, como é o caso do Rio Silveira, e acabaram se refugiando nas periferias das cidades em aldeias superpovoadas ou aceitando a condição de “peão de fazenda” para poder permanecer em suas casas.

Depois da Guerra do Paraguai (1864-1870), a realidade dos Guaranis no Mato Grosso do Sul e no Paraná mudou drasticamente, obrigando-os a buscar refúgio em aldeias de outras regiões. Ao final da guerra, algumas atividades econômicas passaram a expandir a fronteira agrícola, primeiramente com a criação de gado e o cultivo da erva mate, responsável pela disseminação de enfermidades que diminuíram a população indígena. Na virada do século XIX para o XX, também começou a exploração madeireira na região, com a instalação de milhares de colonos e a titulação de terras, processo que contribuiu para a intensificação da pecuária já existente. Nas décadas de 1970 e 80, novamente em detrimento da ocupação tradicional Guaraní, a biodiversidade da selva foi sendo gradativamente substituída pelos monocultivos mecanizados, inicialmente com a soja e depois com a cana de açúcar. Neste contexto, os indígenas foram relegados à condição de mão de obra barata, ou até escrava, na medida em que foram expropriados de suas terras. Ainda na década de 1980, a situação se agravou com a construção de Usina Hidrelétrica de Itaipu, a segunda maior do mundo, que inundou aldeias e lugares sagrados para os Guaranis, obrigando-os a buscar outro local para

viver. Todas as informações deste parágrafo foram retiradas do caderno do *Mapa Guaraní Continental* (2016)

Do outro lado, a Leste, os Guaranis que encontraram no resto de Mata Atlântica, protegida pela Serra do Mar e pelo Parque Estadual, as condições ideais para praticar seu modo de vida, eram equivocadamente considerados nômades e aculturados. Este argumento é pertinente ao não reconhecimento de seus direitos territoriais, que foram formalizados sobretudo a partir da Constituição de 1988.

No artigo 231 do capítulo VIII da Constituição Federal está escrito:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos naturais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes

No entanto:

[...] já o braço executor do Estado nega seus direitos, invade suas terras, desrespeita seus costumes, omite suas línguas, e o Judiciário, ou se cala ou simplesmente não é obedecido (MARÉS FILHO, 1994, p.156).

Além disso, segundo a Constituição Federal, o reconhecimento dos direitos indígenas sobre suas terras estaria subordinado ao conceito de ocupação tradicional. Contudo, daí surge um problema, pois a ocupação tradicional pode se tornar um critério controverso se considerarmos a diversidade dos povos indígenas do Brasil. No caso dos Guaranis, como interpretar o fato de que esse povo pratica a sua territorialidade de uma forma distinta, circulando pelas aldeias e retomando áreas antigas ocupadas por seus

ancestrais? Na prática, o Estado, ao desconhecer a peculiaridade da cultura guarani, questiona a tradicionalidade de muitas de suas ocupações para negar o acesso à Terra, desconsiderando o seu modo de vida.

Além disso, segundo o caderno do *Mapa Guaraní Continental* (2016, p. 34-35):

A pesar del tamaño muy reducido de las áreas pleiteadas por los Guaraní, diversos obstáculos han impedido su regularización. Avances conquistados están amenazados con acciones judiciales que pretenden anular procesos que se encontraban en sus etapas finales. En varios casos el mismo poder judicial emite acciones de desalojo, llevadas a cabo por fuerzas policiales; las comunidades, sin embargo, se empeñan en mantenerse en el lugar mientras los procesos siguen su curso. En otros casos hay expulsiones forzadas de los indígenas por hacendados que forman milicias armadas o contratan empresas de seguridad, lo que revela no solo la articulación planificada de dichos hacendados, sino también una escalada en el enfrentamiento contra las comunidades.

Hoje em dia, as áreas ocupadas pelos Guaranis, muitas vezes superpovoadas — como no caso da Terra indígena do Jaraguá, que abriga 1.000 pessoas em 1,7 hectares —, cercadas por monocultivos ou por cidades, configuram manchas ainda florestadas, existentes devido a séculos de resistência e luta. Esses espaços demasiadamente pequenos limitam as possibilidades de reprodução da sua cultura e ainda assim são ameaçados por ditos proprietários de terras que praticam todo tipo de violência para intimidá-los e expulsá-los.

De acordo com os dados levantados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entre 2003 e 2015, só no Mato Grosso do Sul, 426 Guaranis foram assassinados, dentre os quais 16 eram líderes indígenas. Segundo o Ministério Público Federal, foi formada no estado uma milícia armada particular para atacar as comunidades guaranis e existem pelo menos 12 pessoas denunciadas por praticar esses crimes. Além disso, a situação se agrava ainda mais ao se levar em consideração os 752 casos de suicídios, registrados principalmente entre os jovens, que preferiram tirar a própria vida ao invés de suportar a realidade da violência e do confinamento.

Contudo, os Guaranis estão cientes de que, apesar de a demarcação de terras executada pelo Estado visar exatamente a continuidade da exploração econômica predatória, essa é única forma de permanecer resistindo nos dias atuais. Sendo assim, atualmente, o conhecimento da língua portuguesa, das ferramentas tecnológicas e dos direitos indígenas proclamados pela Constituição de 1988 representa para os Guaranis a possibilidade de autonomia na luta e na resolução de conflitos fundiários.

Uma breve história da Aldeia do Rio Silveira

A aldeia do Rio Silveira no bairro da praia da Boraceia, São Sebastião, segundo Maria Inês Ladeira (1988), foi fundada pelo Mbyá Miguel e sua família em 1940. Durante as duas décadas seguintes, ao abrigar a maior parte das famílias Mbyá vindas do Sul do país e também famílias Ñhandeva do litoral Sul de São Paulo, o local foi um dos mais populosos espaços ocupados pelos Guaranis no litoral. A mistura entre esses dois subgrupos, que hoje se verifica em algumas aldeias, teve início no Rio Silveira.

No fim da década de 1930, Miguel e sua família partiram do Rio Grande Do Sul “para tentar alcançar o paraíso”, como dizia sua filha Aurora. Ao chegar no litoral, foram abrigados pelo Ñhandeva Silvino na aldeia de Itariri, localizada no município de Peruíbe, no Litoral Sul. Em 1940 chegaram primeiro ao Ribeirão Bento, no sertão da Barra do Una, e, em seguida, com o intuito de evitar o contato com o homem branco, adentraram mais a mata e se estabeleceram nas margens do Ribeirão Silveira, no sertão da Boraceia. Seis anos depois Miguel faleceu e, diante da situação, sua família, liderada pela matriarca dona Maria Carvalho, partiu em direção ao Norte, permanecendo temporariamente em Paraty Mirim (RJ) e depois em Fazenda Grumari (MG), até chegar em Aracruz (ES) onde fundou a aldeia Boa Esperança.

Depois da morte de Miguel, a chefia da aldeia do Rio Silveira foi assumida pelo Mbyá Pedro, que conseguiu agregar famílias Ñhandeva e Mbyá vindas do litoral Sul e também famílias Mbyá que moravam no Rio Grande do Sul. Nos anos 1960, depois do falecimento de Pedro, a liderança da Aldeia foi assumida por seu filho Gumercindo que, ao contrário de seu pai, não soube manter o equilíbrio entre os Ñhandeva e os Mybá, acarretando na saída de famílias Mbyá que se dirigiram para a aldeia Tenondé Porã (SP) e principalmente para Ubatuba, na aldeia Boa Vista.

Até meados da década de 1950, os Guaranis, que chegavam ao litoral de forma pacífica e discreta, não encontravam problemas para se estabelecer e fundar novas aldeias. Os especuladores não enxergavam a presença dos Guaranis como prejudicial aos seus interesses, pelo contrário, durante duas décadas eles propuseram alianças, oferecendo proteção em troca de serem reconhecidos como senhores das terras ocupadas pelos indígenas. Esse foi o caso nas aldeias Tenonde Porã (São Paulo), Mboi-Mirim (São Paulo), Jaraguá (São Paulo), Rio Silveira (São Sebastião) e Boa Vista (Ubatuba). Esse tipo de acordo perdurou por anos, pois, para os Guaranis, o título da propriedade nada significava, já que o usufruto da fauna e da flora era feito exclusivamente por eles. Além disso, devida à sua cosmovisão, a propriedade privada não fazia sentido, como demonstra o depoimento do Mbyá José Bonifácio no texto de Grunberg/Meliá:

“A terra é um bem comum e o meio de produção principal, entregue aos homens pelo deus criador para uso conforme as leis divinas. Por isso, como a água, os Guaranis recusam em princípio a compra de terras porque não pode ser privilegiada. Só deus a possui: o cultivo da terra e o cuidado deste cultivo é o mesmo que tratar com a criança. Comprar terras, portanto, seria o mesmo que comprar o homem, o que significa que eles perderam o conceito moral de seres humanos e em consequência a transcendental determinação de ser homem” (Grunberg/Meliá, 1976, p. 203-204)

A partir dos anos de 1970, com o início das obras da rodovia Rio-Santos, concluída e pavimentada apenas em 1985, os Guaranis nunca mais foram deixados em paz por aqueles que viam em suas terras um grande potencial de valorização. Compondo um dos trechos da BR-101, a rodovia com a maior extensão longitudinal do país (que vai do Rio Grande do Sul até o Rio Grande do Norte), a Rio-Santos foi parte do projeto de modernização da ditadura militar no litoral Sudeste, que na época implementou também a usina nuclear de Angra dos Reis e o porto de São Sebastião. A Rio-Santos representou uma nova facilidade de acesso ao litoral Norte de São Paulo, pois antes da sua construção, aqueles que saíam de Santos em direção às praias dos

municípios de Bertioga, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba, enfrentando estradas de terra muitas vezes alagadas e cheias de buracos e esperando o horário certo da maré para se deslocarem pelas praias, levavam no mínimo o dobro de tempo que hoje é necessário para atingir essas localidades. Além disso, em 1976 foi concluída a rodovia dos Imigrantes, que liga a cidade de São Paulo ao município de Santos, intensificando o fluxo de automóveis, que contavam apenas com a rodovia Anchieta em funcionamento desde de 1947. Sendo assim, as décadas de 1970 e 80, no litoral paulista, ficaram marcadas pelo turismo cada vez mais intenso, tanto por parte dos santistas, quanto por parte dos paulistanos.

A construção da Rio-Santos significou um verdadeiro loteamento do próprio Parque Estadual da Serra do Mar, a maior área contínua de Mata Atlântica do Brasil, protegida desde 1977. As terras indígenas da região passaram a ser alvo de cobiça e de sucessivas invasões. Em decorrência da valorização imobiliária e da pressão provocada pelos especuladores, o número de disputas judiciais sobre as terras do litoral Norte cresceu consideravelmente, principalmente em relação às Terras indígenas. No caso da aldeia do Rio Silveira, as disputas fundiárias começaram já no fim da década de 1950 com uma Ação de Reintegração de Posse movida por Homero Santos, um oficial da PM paulista, aquele que havia prometido proteção. Mais tarde, nos anos 1970, na aldeia Boa Vista, os próprios indígenas que moravam na área foram utilizados como testemunhas na Ação de Usucapião movida por Otacílio Brás Lacerda, que reivindicava a propriedade da terra.

Em 1977, com o falecimento de Gumerindo, enterrado, assim como seu pai, na própria aldeia, a liderança do Rio Silveira foi assumida pelo Ñhandeva Samuel Bento dos Santos, filho de Bento Samuel, o chefe da Aldeia do Bananal (Peruíbe) durante 32 anos, até ser assassinado em 1984. Bento Samuel era o avô do Pajé Liveis, que, como descrito no relato do primeiro estudo de campo, morreu lutando pela demarcação da Terra na qual morava. Samuel Bento gozava de grande prestígio entre os Guarani que o admiravam devido ao seu poder de cura, por isso a aldeia do Rio Silveira passou a ser frequentada por moradores de aldeias de outras regiões, que vinham tratar problemas de saúde com o Pajé. Outro motivo que atraía, e atrai até hoje, os Guaranis para o Rio Silveira é a disponibilidade de matérias-primas oriundas da Mata Atlântica, as quais têm utilidade medicinal ou são usadas para a confecção de artesanato. No início dos anos

1980, depois do casamento de Samuel Bento com uma Mbyá, várias famílias Mbyá e Ñhandeva se deslocaram para a Terra do Rio Silveira. Vindas principalmente das aldeias Tenondé Porã e Mboy Mirim, localizadas em São Paulo, da aldeia do Bananal, em Peruíbe e da aldeia Boa Vista em Ubatuba, essas famílias fortaleceram a população indígena do sertão da Boraceia, fazendo deste lugar um importante núcleo político para os Guaranis do Litoral, característica que permanece até hoje.

Ao longo dos anos, os Guaranis perceberam que o aumento demográfico e as alianças políticas entre as aldeias de uma mesma região eram estratégias eficazes para garantir a permanência na Terra e também a sua devida demarcação. Sendo assim, em 1982, com o auxílio do professor Dalmo Dalari, a comunidade Guarani moveu um recurso contra a ação de Homero Santos, que reivindicava uma gleba de terra correspondente à Terra indígena do Rio Silveira, na qual usava os próprios indígenas para legitimar a sua posse. No mesmo ano, o juiz Pedro Vincentini, de São Sebastião, julgou o processo de forma favorável aos Guaranis, determinando a manutenção da posse da terra. Somente em 1987 a Terra Indígena do Rio Silveira foi oficialmente homologada. Contudo, as disputas judiciais continuaram, o que se evidencia pela foto abaixo que retrata a Terra do Rio Silveira em Litígio no ano de 1999. Além disso, desde de 2011, com a liminar da juíza Ellen Gracie em favor dos ditos proprietários de áreas dentro da Reserva, parte dessa Terra se encontra até hoje em estado de revisão, como demonstra o *Mapa Guarani Digital* na introdução deste trabalho. Levar essa decisão até as últimas consequências significaria suprimir substancialmente as possibilidades de reprodução do modo de vida da população guarani do Rio Silveira, uma vez que os atuais 8.500 hectares em posse dos indígenas se reduziriam para 944.



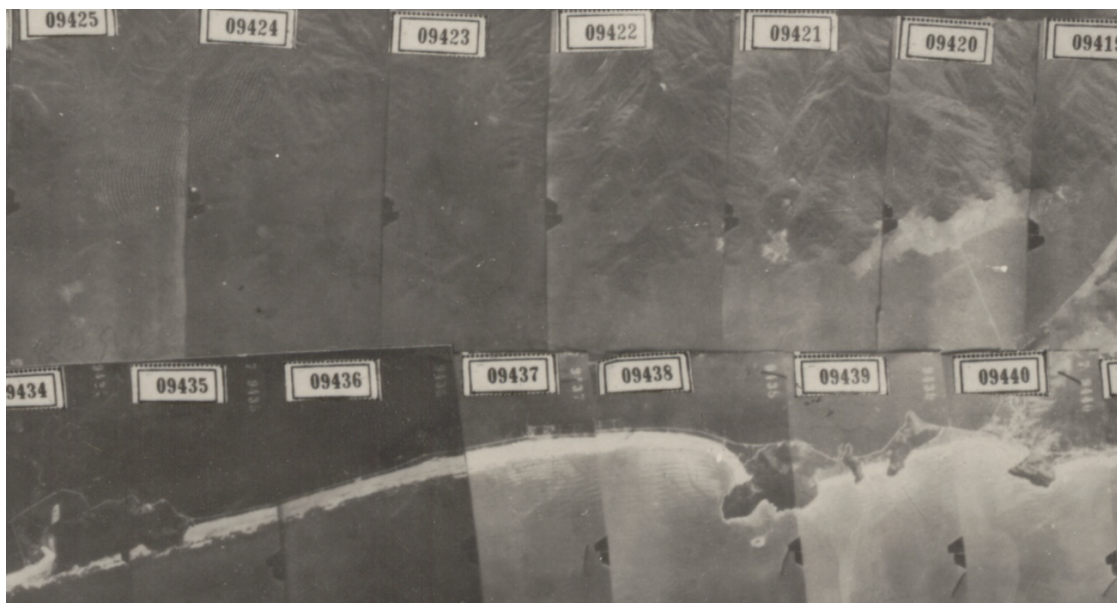
Área da Terra indígena do Rio Silveira em litígio interdita aos Guaranis em 1999. Foto retirada do livro *Espaço Geográfico Guarani-Mbyá*, (2008, p. 43.)



Caciques em dia de audiência no fórum de São Sebastião, 1998. Foto retirada do livro *Espaço Geográfico Guarani-Mbyá*, (2008, p. 43.)

Uma perspectiva aerofotográfica da paisagem do Rio Silveira ao longo de 24 anos.

Todas as imagens aéreas a seguir foram fornecidas pelo Instituto Geográfico e Cartográfico da USP.



Fotoíndice de 1962 que retrata a Serra do Mar, o Oceano Atlântico e parte dos municípios de Bertioga e São Sebastião (SP).

Da esquerda para a direita é possível identificar a ponta de praia de Guaratuba, a praia da Boraceia, a pequena praia Brava da Boraceia, as praias da Jureia, do Engenho, da Barra do Una e, por fim, a ponta da praia de Juquehy. Percebe-se que há estradas de terra que interligam as praias nas quais moram comunidades caiçaras, principalmente no canto da Boraceia e da Barra do Una. Na foto de número 09421 é possível notar uma clareira na mata que corresponde à Aldeia do Rio Silveira. Na foto a direita desta, há uma clareira nas adjacências do Ribeirão Bento e um caminho que a conecta com a praia da Barra do Una.



Fotoíndice de 1972 que retrata a Serra do Mar, o Oceano Atlântico e parte dos municípios de Bertioga e São Sebastião (SP).

Em 1972 o primeiro traçado da Rio-Santos já é aparente. As pequenas comunidades de Barra do Una e Boraceia ganham expressividade e loteamentos antes inexistentes se fazem evidentes. A aldeia do Ribeirão Silveira, na foto de número 40225, permanece perceptível, assim como a clareira nas adjacências dos Ribeirão Bento.



Fotoíndice de 1977 que retrata a Serra do Mar, o Oceano Atlântico e parte dos municípios de Bertioga e São Sebastião (SP).

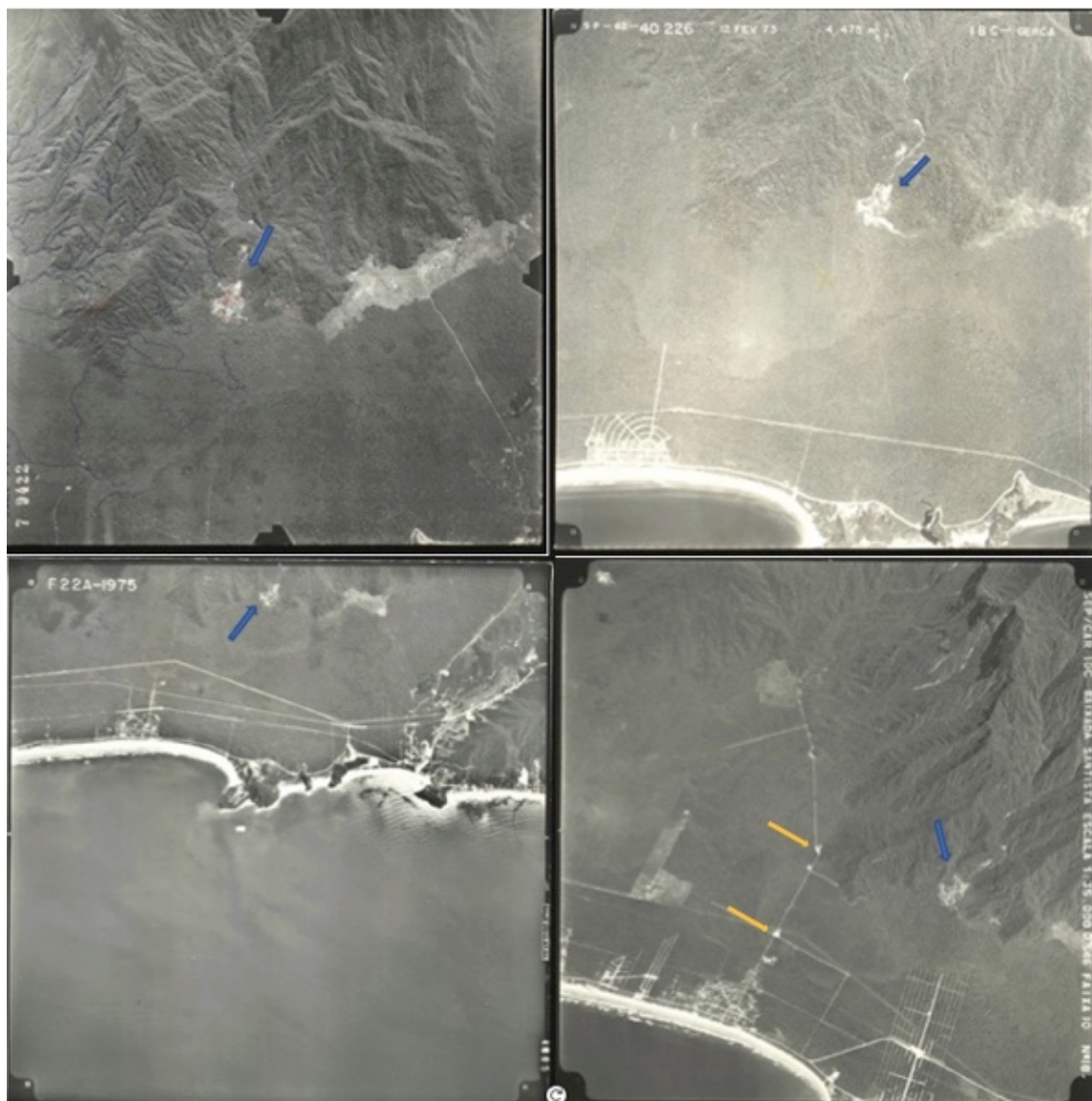
Em 1977, além da linha paralela às praias que corresponde a rodovia Rio-Santos, também é possível notar um caminho desmatado para possibilitar a transmissão de energia elétrica. Os loteamentos na Boraceia e na Barra do Una seguem ganhando

expressividade. A Aldeia do Rio Silveira se encontra exatamente atrás do número da foto 1976 e a clareira do Ribeira Bento novamente ficou mais aparente.



Fotoíndice de 1986 que retrata a Serra do Mar, o Oceano Atlântico e parte dos municípios de Bertioga e São Sebastião (SP). A linha vermelha representa a fronteira entre os municípios.

Em 1986 a paisagem muda drasticamente em decorrência da pavimentação e finalização da rodovia Rio-Santos. Consolidam-se pequenos núcleos urbanos e vários loteamentos são realizados, avançando sobre a Terra Indígena que será demarcada no ano seguinte. O Condomínio “Morada da Praia”, no canto esquerdo da Praia da Boraceia, em formato de espinha de peixe se estende até o fim da planície costeira e coincide com uma das extremidades da Terra do Rio Silveira. Na mesma praia, nas imagens de número 016 e 017, é perceptível a presença de novas áreas desmatadas. Na praia da Jureia, um novo loteamento é realizado, ultrapassando a rodovia Rio-Santos em direção ao interior e avançando sobre a Terra Indígena até as proximidades da Aldeia do Rio Silveira, que se encontra atrás do número da foto 003. Nesse ano já é possível notar a presença das recém-formadas aldeias da Porteira e do Morro do Centro. Nas margens do Ribeirão Bento, a clareira permanece.



Do canto superior esquerdo para o canto inferior direito, as imagens aéreas retratam a Terra indígena do rio Silveira nos anos de 1962, 1972, 1977 e 1986. As flechas azuis indicam a aldeia do Rio Silveira. As flechas amarelas indicam as aldeias da Porteira e do Morro do Centro. As imagens foram fornecidas pelo Instituto Geográfico e Cartográfico da USP.

Neste recorte é possível perceber que, ao longo dos 24 anos entre 1962 até 1986, a Aldeia do Rio Silveira passou a ter o seu entorno cada vez mais povoado, loteado e desmatado. Contudo, a foto de 1986, que retrata uma maior quantidade de lotes que invadem a Terra do Rio Silveira, também evidencia a expansão e a retomada feita por parte dos Guaranis, uma vez que as aldeias da Porteira e Morro do Centro também estão aparentes na foto.

Considerações finais

A aldeia do Rio Silveira está situada em uma localização repleta de qualidades que justificam o estabelecimento dos Guaranis na região ao longo dos últimos 80 anos. Simultaneamente, famílias Guaranis do Brasil foram expulsas de suas terras ao sofrerem a violência explícita devido ao agravamento de conflitos fundiários, sendo obrigadas a encontrar outro lugar para viver.

O Parque Estadual da Serra do Mar, que hoje abriga a maior área contínua de Mata Atlântica do país, antes de ser parque, era uma área que já conservava o resto de floresta não devastada do estado, preservada pela alta declividade da escarpa. Diante da destruição do habitat no qual os Guaranis realizam sua cultura e garantem a sua segurança alimentar, é compreensível que estes se desloquem para aldeias situadas em pontos estratégicos, nos quais ainda é possível garantir a reprodução de seu modo de vida. Por isso, no estado de São Paulo, a maioria das aldeias estão situadas entre a Serra do Mar e Oceano Atlântico e grande parte delas se encontra em Reservas Indígenas que coincidem com áreas do Parque Estadual da Serra do Mar.

Na cosmovisão Guarani, a proximidade com Oceano Atlântico é interpretada de maneira positiva, pois foi das aldeias litorâneas que saíram seus ancestrais que atravessaram o mar e chegaram à “Terra sem Mal”, a terra da eternidade. No caso específico da Aldeia do Rio Silveira, além de litorânea, também é banhada pelo sol nascente, possui uma disponibilidade hídrica impressionante, um solo de elevada fertilidade e se encontra no meio de vastas áreas de floresta contínua, o que dificulta o contato com o não indígena. Todas essas características são desejadas pelos Guaranis, pois através delas é possível dar continuidade à reprodução dos seus costumes.

Ao longo dos anos, a Terra Indígena do Rio Silveira passou a se caracterizar por abrigar tanto famílias Mbyá quanto Ñhandeva, principalmente após a liderança do local ser exercida pelo Pajé Samuel Bento, que soube agregar diversas famílias dos dois subgrupos. Não só a boa convivência entre os diferentes atraiu mais integrantes para a Terra do Rio Silveira, mas também a existência de relações de parentesco espalhadas pelo território, o que se evidencia pelo fato de que o Pajé Liveis, no início dos anos 1980, se estabeleceu no Rio Silveira porque seu tio-avô, Samuel, já morava nesta Terra, e

também pelo fato de que o Cacique Adolfo, na mesma época, veio para o Rio Silveira ao encontro do seu avô, que já estava no local desde os primórdios em 1940.

Por fim, a construção da rodovia Rio-Santos representou a intensificação da especulação imobiliária e do desmatamento de áreas de Reservas Indígenas e do Parque Estadual da Serra do Mar. Neste contexto, os Guaranis foram expropriados, porém também perceberam que as estratégias mais eficazes para garantir a permanência na Terra são a articulação política entre as aldeias de uma mesma região e o aumento demográfico dentro de uma mesma aldeia. Estas estratégias ficam evidentes no caso específico da Terra do Rio Silveira, pois na medida em que as pressões imobiliárias se intensificaram nas décadas de 1970 e 1980, em 1987 a comunidade guarani conquistou o título de Terra demarcada em meio a um considerável aumento da população Ñhandeva e Mbyá no local. Além disso, o aumento demográfico representou um maior povoamento da Reserva, ampliando as possibilidades de fiscalização de invasões mobilizadas por ditos proprietários de terras. Hoje, nas imagens do Mapa Guarani Digital, áreas desmatadas evidentes nas aerofotografias de 1986, aparecem recuperadas pela Mata Atlântica.

Sendo assim, uma série de fatores devem ser levados em consideração para estudar a origem e o crescimento da Aldeia do Rio Silveira, tanto aqueles que correspondem ao modo de vida Guarani, quanto aqueles que são resultado da expropriação dos povos indígenas no Brasil, processo necessário à continuidade da realização do lucro nos moldes atuais de desenvolvimento.

A Terra Indígena do Rio Silveira é mais um dos núcleos de resistência Guarani no Brasil. As pessoas que vivem neste lugar estão constantemente lutando pelo reconhecimento dos seus direitos, seja combatendo o preconceito cotidiano ou se mobilizando pela efetivação da demarcação.

Por último, as fotografias aéreas foram essenciais para demonstrar a mudança na paisagem do Rio Silveira e os efeitos da especulação imobiliária durante a construção da rodovia Rio-Santos, contudo, suscitaram outras dúvidas. O que aconteceu com o primeiro estabelecimento indígena nas margens do Ribeirão Bento? O que é aquela vasta área desmatada hoje em dia? A observação dessas fotos evidencia vários lugares desmatados dentro da Terra Indígena do Rio Silveira, visitar cada um deles seria todo um novo estudo.

Posfácio

“O Brasil não existiu, o Brasil é uma invenção. E a invenção do Brasil nasceu exatamente da invasão inicialmente feita pelos portugueses, depois continuada pelos holandeses e depois continuada pelos franceses, num modo sem parar, onde as invasões nunca tiveram fim. Nós estamos sendo invadidos agora.”

“Nós estamos em guerra, eu não sei porque você está me olhando com essa cara tão simpática. O seu mundo e o meu mundo estão em guerra.”

Os depoimentos acima são transcrições de falas do historiador e filósofo indígena Ailton Krenak, concedidas para a confecção do episódio 1 da série documentário *Guerras do Brasil* (2019).

,

Referências:

LADEIRA, Maria Inês. e AZANHA, Gilberto. **Os índios da Serra do Mar: A presença Mbyá-Guarani em São Paulo**. 1ª Edição. São Paulo: Centro de trabalho Indigenista, 1988.

LADEIRA, Maria Inês. **Espaço Geográfico Guarani Mbyá: Significado, Constituição e Uso**. 1ª Edição. São Paulo, 2008.

MARX, Karl Heinrich. **A Chamada Acumulação Primitiva**. In: *O Capital*. Lv 1, Vol 2. São Paulo, Difel, 1985.

MARQUES, M. I. M. **O conceito de espaço rural em questão**, *Terra livre*, nº 19, São Paulo, AGB, 2002.

MICHELOTTI, F. e SIQUEIRA, H. **Financeirização das commodities e padrões espaciais de acumulação e dominação: implicações para apropriação e conflitos de terra no Brasil**. *Anais XXIII ENEP*, 2018.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Ubu Editora. São Paulo, 2017.

CUNHA, M. C. **Introdução a uma história indígena**. In: CUNHA, M, C. *Índios no Brasil: História Direitos e Cidadania*. São Paulo, Claro Enigma, 2017, p. 6-25.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. AASP, 2008

Mapa Guarani Digital : <https://guarani.map.as/#/> Acesso em 13 de Abril de 2021.

Mapa Guaraní Continental: <http://campanhaguarani.org/guaranicontinental/> Acesso em 13 Abril de 2021.

Site: <http://www.icsoh.unsa.edu.ar/mapa-continental-guarani-reta/> acesso em 30 de Março de 2021.

Site: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3678#noticias> acesso em 11 de Abril de 2021.

Site: <https://www.maisbolsas.com.br/enem/biologia/biomas-terrestres> acesso em 11 de Abril de 2021.

Site: <http://marte.sid.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr/2004/11.18.15.53.53/doc/1345.pdf> acesso em 11 de Abril de 2021.

Site: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rodovia_Doutor_Manuel_Hipólito_Rego acesso em 11 de Abril de 2021.

Site: <https://pt.wikipedia.org/wiki/BR-101> acesso em 11 de Abril de 2021.

Site: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=3958999> acesso em 12 de Abril de 2021.

Site: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/parques-e-reservas-naturais/parque-estadual-serra-do-mar/> acesso em 17 de Abril de 2021.

Site: <https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas> Acesso em 12 de Abril de 2021.

Documentário **Guerras do Brasil, episódio 1:**
<https://www.youtube.com/watch?v=VeMISgnVDZ4>